



# O valor do ensino profissional

Um estudo de caso sobre as perceções dos empregadores da Região do Tâmega e Sousa

**Tânia Daniela Coelho Moreira**

**Mestrado em Ciências da Educação na área de Especialização em Educação E Intervenção Sociocomunitária**

O valor do ensino profissional

Um estudo de caso sobre as perceções dos empregadores da Região do Tâmega e Sousa.

Orientação :

Professor Doutor Eusébio André Machado

Data: Outubro de 2025



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Do conhecimento à prática.

O valor do ensino profissional

Um estudo de caso sobre as perceções dos  
empregadores da Região do Tâmega e Sousa



## **Agradecimentos**

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todos/as que tornaram esta jornada possível.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Eusébio André Machado pela sua disponibilidade, compreensão e dedicação, que foram fundamentais para o meu desenvolvimento ao longo deste processo.

À Professora Doutora Sílvia Azevedo, que foi o motor desta etapa da minha vida, que estava adormecida e que agora floresceu.

Aos meus pais, que sempre foram e sempre serão a base de tudo na minha vida. À minha irmã, que se intitula, desta vez, como "pioneira" e é um porto de abrigo nos momentos de incerteza.

Um agradecimento especial ao meu marido, que alinha nas minhas decisões e me apoia incondicionalmente.

Por último, mas não menos importante, ao meu filho Santiago, o meu arco-íris, que me desafia a ser melhor a cada dia. A sua presença ilumina a minha vida e motiva-me a alcançar novos horizontes.

Obrigado a todos!

## Resumo

Esta dissertação investiga as percepções dos empregadores sobre o ensino profissional na Região do Tâmega e Sousa, contextualizando a sua importância dentro do sistema educativo em Portugal. O trabalho aborda a história e evolução do ensino profissional, analisando as fragilidades atuais e fazendo comparações com modelos de outros países europeus. A metodologia inclui uma descrição detalhada da pesquisa, com e justifica as escolhas realizadas e a amostra utilizada, identificando as principais fragilidades no ensino profissional.

Os resultados destacam as percepções dos empregadores sobre a contribuição do ensino profissional para a empregabilidade e os desafios que o sistema enfrenta. A dissertação propõe sugestões para o futuro, visando melhorar a atratividade e a qualidade dos cursos, além de discutir o impacto potencial dessas sugestões na eficácia do ensino profissional.

A discussão finaliza com uma síntese dos principais resultados e recomendações para fortalecer a relevância do ensino profissional em Portugal, especialmente na Região do Tâmega e Sousa.

Palavras-Chave: Ensino Profissional; Valor do Ensino Profissional; Empregabilidade; Percepções dos Empregadores.

## **Abstract**

This dissertation investigates employers' perceptions of vocational education in the Tâmega e Sousa region, contextualizing its importance within the educational system in Portugal. The work addresses the history and evolution of vocational education, analyzing current weaknesses and making comparisons with models from other European countries. The methodology includes a detailed description of the research, justifying the choices made and the sample used, while identifying the main weaknesses in vocational education.

The results highlight employers' perceptions of the contribution of vocational education to employability and the challenges the system faces. The dissertation proposes suggestions for the future, aiming to improve the attractiveness and quality of courses, as well as discussing the potential impact of these suggestions on the effectiveness of vocational education.

The discussion concludes with a summary of the main findings and recommendations to strengthen the relevance of vocational education in Portugal, especially in the Tâmega e Sousa region.

**Keywords:** Vocational Education; Value of Vocational Education; Employability; Employers' Perceptions.

## Índice

Introdução	10
1. Justificação da relevância do estudo	12
2. Revisão da Literatura	15
2.1. História e evolução do ensino profissional em Portugal L	15
2.2. Contribuição do Ensino Profissional para a empregabilidade: uma análise abrangente	20
2.3. Análise das fragilidades atuais do sistema de ensino profissional	23
2.4. Comparação com outros países europeus	26
3. Metodologia	30
3.1. Problemática e objetivos do estudo	30
3.4. Descrição da amostra	34
4. Resultados	37
4.1. Resultados do inquérito por questionário	37
4.2. Perfil dos empregadores entrevistados	42
5. Sugestões de futuro para o Ensino Profissional	47
7. Referências Bibliográficas	54

## Índice de Figuras

FIGURA 1 – MAPA DA REGIÃO DO TÂMEGA E SOUSA .....	44
FIGURA 2 – GRÁFICO QUE REPRESENTA O GÉNERO DOS INQUIRIDOS NA AMOSTRA .....	48
FIGURA 3 - GRÁFICO QUE REPRESENTA A IDADE DOS INQUIRIDOS NA AMOSTRA .....	49
FIGURA 4 - GRÁFICO QUE REPRESENTA AS HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS INQUIRIDOS DA AMOSTRA .....	49
FIGURA 5 - GRÁFICO QUE REPRESENTA AS FUNÇÕES DOS INQUIRIDOS DA AMOSTRA .....	50
FIGURA 6 - GRÁFICO QUE REPRESENTA A AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO DESENVOLVIDA PELOS ESTAGIÁRIOS DO ENSINO PROFISSIONAL	54
FIGURA 7 - GRÁFICO QUE REPRESENTA A DIFERENÇA DO DESEMPENHO DOS FUNCIONÁRIOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL COM OS QUE NÃO TÊM FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	55
FIGURA 8 - GRÁFICO QUE REPRESENTA O PRESTÍGIO SOCIAL ATUAL DO ENSINO PROFISSIONAL .....	55
FIGURA 9 GRÁFICO QUE REPRESENTA A AVALIAÇÃO DA DIFERENÇA DO DESEMPENHO DOS FUNCIONÁRIOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL COM OS QUE NÃO TÊM FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	60



# **INTRODUÇÃO**

“Ensino para aproximar os jovens da vida ativa e do mundo do trabalho, capaz de contribuir para o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa e membro de uma coletividade.”  
(Unesco, 1988)

Em Portugal, as primeiras formas de ensino profissional remontam ao século XVIII (Gregório, 2024) e, desde então, regimes e governos contínuos recorreram a esta modalidade de ensino para formar e qualificar trabalhadores, para os mais diversos setores da atividade económica, começando-se assim a reconhecer o impacto do ensino profissional no desenvolvimento da mão de obra portuguesa.

Apesar de Gregório (2024) considerar que nos dez anos seguintes à Revolução de 1974, o ensino profissional foi praticamente extinto do sistema educativo português, Azevedo (2016) descreve o desenvolvimento da educação em Portugal durante as décadas de 1980 e 1990 de uma outra forma, destacando a evolução significativa na área da educação.

Entre 1980 e 1986, ocorreram intensos debates sobre a educação escolar, culminando na divulgação e discussão de vários projetos de Lei de Bases da Educação, até à aprovação da nova Lei na Assembleia da República em 1986. Após essa aprovação, o Governo criou uma Comissão de Reforma do Sistema Educativo para propor medidas de implementação da nova legislação, promovendo debates participativos em todo o país.

Entre 1988 e 1991, o novo Ministério da Educação, sob a liderança do Ministro Roberto Carneiro, incentivou ainda mais o debate nas escolas e iniciou um processo de reforma educacional, que incluía a reestruturação do modelo curricular e a administração da educação. Em 1983, o relançamento do "ensino técnico-profissional" colocou novamente em foco a qualificação profissional inicial dos jovens e dos adultos, recebendo apoio de empresários e forças políticas.

No ano de 1984, foi criada uma nova modalidade de formação profissional em alternância, inspirada no modelo dual de formação presente em países como a Alemanha e a Áustria. Apesar de uma rápida recuperação nas taxas de escolarização, estas continuaram a estar muito abaixo da média europeia. Já em 1985/1986, a taxa real de escolarização no nível secundário era de apenas 17,6% em Portugal, comparada a taxas médias superiores a 60% nos países da OCDE. No início dos anos 90, a taxa de escolarização avançou para 40,3% em 1991/1992, 59,2% em 1995/1996, 62,5% em 1998/1999 e 59,8% em 2004/2005, alcançando 72,5% em 2010/2011.

O modelo de educação e formação do ensino profissional, ainda como projeto-piloto, foi integrado nas escolas secundárias entre 2005 e 2014, tornando-se um componente central da nova política educativa, com 505 estabelecimentos em 2012. O ensino profissional passou a fazer uma trajetória de inovação, que transitou da marginalidade para o centro do sistema educativo, diferentemente do movimento habitual que ia dando margem ao vazio.

Em 2006, apenas 28% da população de 25-64 anos em Portugal tinha completado pelo menos o nível secundário de educação, em contraste com 90% na República Checa, por exemplo, e percentagens superiores em outros países europeus. Entre 2001 e 2011, a percentagem da população com idades entre 20 e 24 anos que completou pelo menos o ensino secundário variou entre 44,4% e 64,4% em Portugal, comparada a 76,6% a 79,5% na UE27.

Gregório (2024) sustenta que o ensino profissional em Portugal, instituído em 1989 e formalmente integrado no sistema educativo em 2005, representou, durante os seus primeiros quinze anos de existência, uma relevante inovação de natureza social e educativa. Embora tenha resultado de uma iniciativa estatal — concretizada através da cooperação entre os Ministérios da Educação e do Trabalho, em articulação com diversos parceiros sociais —, este modelo manteve-se, durante esse período, numa posição relativamente periférica no contexto das ofertas educativas do ensino secundário, quando comparado com os percursos de ensino tradicional.

Ora, a escolha deste tema - "O Ensino Profissional: Um estudo de caso sobre as percepções dos empregadores da Região do Tâmega e Sousa" - deve-se principalmente a razões de natureza profissional, uma vez que, neste momento, assumo o papel de coordenadora pedagógica e docente numa escola profissional desta região. Nesta qualidade, importa contribuir para a melhoria da imagem do ensino profissional para que este seja visto, pelo menos, com o mesmo respeito e importância que o dito "ensino regular" ao qual é contraposto de modo pejorativo.

Acredito firmemente que todos os alunos merecem ter as mesmas oportunidades, valorização e rigor na educação, independentemente do percurso que escolhem. É fundamental que o ensino profissional seja reconhecido como uma via legítima e de qualidade, capaz de preparar os nossos jovens de forma competente para o mercado de trabalho, garantindo que recebam a mesma dignidade e respeito que os seus pares.

É importante perceber que a visão sobre o ensino profissional está a mudar, mas não de modo suficiente para que esta oferta educativa e formativa tenha estatuto que tem, por exemplo, em países congéneres da União Europeia. É necessário continuar a valorizar este tipo de educação, pois é cada vez mais crucial formar profissionais qualificados e atender às demandas do mercado de trabalho.

Todos os alunos que pretendem seguir o ensino profissional devem obter ajuda para explorar o perfil adequado, os seus interesses e habilidades, pois estes são fundamentais para determinar qual a área profissional mais adequada.

O ensino profissional apresenta como uma das suas principais vantagens a combinação entre teoria e prática, preparando diretamente para o mercado de trabalho. Pode ser um caminho mais rápido e focado, promove habilidades específicas e oferece estágios que facilitam a transição para uma carreira profissional.

Com efeito, o ensino profissional conecta os alunos com o mundo real de trabalho ao integrar experiências concretas na educação/formação. Desta forma, é possível que os alunos desenvolvam habilidades práticas e experiências necessárias para se destacarem no mercado de trabalho.

Neste sentido, podem ser destacados diversos aspetos que fundamentam a justificação e a relevância do tema, os quais evidenciam não apenas a importância do presente estudo, mas também a sua pertinência para o mercado de trabalho e para a sociedade em geral, ao promover uma reflexão aprofundada sobre o papel do ensino profissional na formação de uma força de trabalho qualificada, flexível e adaptável.

Em primeiro lugar, sobressai a demanda crescente do mercado de trabalho. Com a rápida evolução das tecnologias e a conseqüente transformação das exigências do mercado, as empresas enfrentam desafios cada vez maiores na captação de profissionais devidamente qualificados. Assim, o estudo reforça a importância do ensino profissional enquanto resposta estratégica a essas necessidades, demonstrando o seu potencial na preparação dos alunos para contextos laborais em constante mudança.

Outro elemento relevante prende-se com a valorização do ensino profissional. Embora o ensino superior tradicional continue a ser frequentemente percebido como o percurso preferencial de sucesso, o ensino profissional tem vindo a ganhar destaque por proporcionar uma formação de carácter eminentemente prático e orientada para competências específicas. A análise das percepções e expectativas dos empregadores acerca desta via formativa contribui, portanto, para a sua legitimação e valorização no quadro educativo e económico nacional.

A empregabilidade constitui igualmente um eixo central deste estudo, na medida em que se procura fornecer *insights* sobre o contributo efetivo do ensino profissional para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, uma questão particularmente relevante num contexto em que o desemprego juvenil se mantém como um problema persistente. A compreensão das expectativas dos empregadores revela-se, assim, essencial para a adequação dos currículos às necessidades reais do setor produtivo.

No domínio do desenvolvimento económico e social, a formação profissional assume um papel estruturante, ao capacitar os indivíduos e, conseqüentemente, gerar impactos positivos sobre o crescimento económico e a coesão social. A

análise da relação entre o ensino profissional e as exigências do mercado poderá, neste contexto, oferecer contributos significativos para a formulação de políticas públicas orientadas para uma educação mais alinhada com os desafios contemporâneos.

Do mesmo modo, o estudo pode potenciar a inovação e a competitividade empresarial, na medida em que a identificação das competências mais valorizadas pelos empregadores permitirá às instituições de ensino ajustar os seus programas formativos e promover a formação de profissionais capazes de impulsionar a inovação nas organizações.

Por fim, destaca-se o contributo do estudo para o apoio à tomada de decisões. As suas conclusões poderão constituir um recurso estratégico para gestores educacionais, decisores políticos e representantes do setor empresarial, fornecendo uma base empírica sólida para o desenvolvimento curricular, o fortalecimento das parcerias entre o sistema educativo e o tecido empresarial, e o planeamento de investimentos sustentáveis em formação profissional.

Azevedo (2016) defende que a educação deve ser centrada no aluno, colocando o aluno no centro do processo de aprendizagem, promovendo a sua autonomia e capacidade crítica. Para tal, é essencial a inovação pedagógica, adotando metodologias de ensino que estimulem a criatividade e o pensamento crítico, utilizando tecnologias digitais e eficazes. Os docentes devem ter acesso a uma formação contínua para se atualizarem sobre novas práticas educativas e tecnológicas.

Por outro lado, a inclusão e diversidade, nunca podem ser descuradas ou esquecidas, pois a escola deve ser sempre um espaço inclusivo, que respeite e valorize a diversidade cultural, social e individual dos alunos. Azevedo (2016) defende ainda que deve existir uma colaboração entre a escola e comunidade, a colaboração entre escolas, famílias e a comunidade em geral, o que fortalecerá o projeto educativo e a ligação entre a teoria e a prática.

Para um desenvolvimento eficaz de competências em pleno século XXI, devemos focar no desenvolvimento de competências essenciais, como, por exemplo, a resolução de problemas, a comunicação e o trabalho em equipa. Por

fim, a educação deve incorporar temas de sustentabilidade e cidadania, preparando os alunos a serem cidadãos ativos e conscientes.

É necessário fortalecer os programas de ensino e formação profissional (EFP) em Portugal, onde 39,7% dos alunos do ensino médio estão envolvidos em programas com orientação profissional. Em 2023, 74,1% dos recém-diplomados do EFP tiveram experiência de aprendizagem em contexto laboral, superando a média da UE de 64,5%. No entanto, a taxa de emprego dos recém-diplomados do EFP é inferior à média da UE, com 76,7% em Portugal, comparado a 81,0% na UE.

Para apoiar a continuidade das atividades da formação profissional, as autoridades portuguesas aprovaram uma medida temporária de financiamento para cursos nas regiões menos desenvolvidas do Norte, Centro e Alentejo. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2024 visa facilitar a transição entre programas operacionais do FSE, abrangendo os cursos de Educação e Formação Profissional do ano letivo de 2023/2024.

Neste contexto, o presente estudo aborda o ensino profissional em Portugal e, em particular, as perceções dos empregadores na Região do Tâmega e Sousa, em função da seguinte estrutura:

A seguir à Introdução, na qual contextualizamos o ensino profissional e justificamos a relevância do estudo, destacando a importância de compreender as fragilidades do sistema atual, apresentamos uma Revisão da Literatura, explorando a história e evolução do ensino profissional, além de realizar uma análise crítica das suas fragilidades e comparações com outros países europeus.

Na secção seguinte, apresenta-se a Metodologia, onde se descreve o modo como a investigação foi conduzida, incluindo as opções metodológicas adotadas e as técnicas utilizadas para a recolha de dados. Posteriormente, com base na análise das fragilidades identificadas, são expostos os resultados obtidos, centrados nas perceções dos empregadores e na contribuição do ensino profissional para a promoção da empregabilidade.

Em seguida, apresentam-se propostas e recomendações para o futuro do ensino profissional, com o objetivo de reforçar a sua atratividade e qualidade. Por fim, a discussão sintetiza os principais resultados e evidencia orientações destinadas a fortalecer os cursos profissionais em Portugal, sublinhando a importância do seu reconhecimento em condições de igualdade face aos outros cursos da oferta educativa do ensino secundário.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

## **2.1. História e evolução do ensino profissional em Portugal**

Um dos marcos da história mais recente da educação em Portugal é publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei. N.º 46/86 de outubro) em 1986. Esta Lei, com alterações a vários níveis, constitui-se como um dos marcos mais importantes do sistema educativo em Portugal. A mudança mais substancial foi a alteração da escolaridade obrigatória que aumentou de seis para nove, tendo uma alteração num conjunto de políticas educativas formuladas posteriormente, nomeadamente ao nível do ensino secundário.

Neste sentido, Portugal passa a ter o primeiro documento estatutário a mencionar o ensino secundário, visto como um grau de estudos intermédio, ao nível da preparação para a vida ativa, mas também para depois se poder ingressar no ensino superior.

Segundo a alínea 3 do art.º 10.º, Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, o ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.

A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere direito à atribuição de um diploma, que certificará a formação adquirida e, nos casos dos cursos predominantemente orientados para a vida ativa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de atividades profissionais determinadas (alínea 5 do art.º 10.º, lei n.º 46/86, de 14 de outubro).

Com o XIII Governo Constitucional, conclui-se que o alargamento da escolaridade obrigatória para os nove anos fez com que o sistema educativo crescesse de modo desequilibrado. Ou seja, se, por um lado, era importante aumentar a população escolar e qualificar os jovens, por outro lado, esta realidade era também uma problemática na garantia da igualdade de

oportunidades e da equidade. Assim se mantém a preocupação com o atraso do país, no que diz respeito à educação, que é também evidenciada por todos os governos independentemente da sua composição partidária.

O ensino profissional em Portugal começou a ganhar forma a partir do final da década de 1980, no âmbito do XI Governo Constitucional, com Roberto Carneiro como Ministro da Educação. Com base no Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro, foram criadas, em primeiro lugar, as escolas profissionais, de iniciativa predominantemente particular, embora financiadas pelo Estado através de protocolos e com recurso a fundos comunitários. Estas escolas destinavam-se a alunos que não encontravam no ensino público uma oferta formativa adequada às suas necessidades.

Paralelamente, o Decreto-Lei n.º 286/89, de 26 de agosto, enquadrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, consolidou uma reforma do sistema educativo que incidiu sobre o ensino básico e o ensino secundário. Esta reforma visava a diversificação da oferta educativa, com a introdução de diferentes componentes curriculares — humanísticas, artísticas, científicas, tecnológicas, físicas e desportivas — com o objetivo de proporcionar uma formação integral que preparasse os alunos tanto para a vida ativa como para a continuação dos estudos.

Ainda sob o XI Governo Constitucional, foram desenvolvidas duas medidas centrais de reformulação do ensino secundário:

- a criação das escolas profissionais particulares;
- e a introdução dos cursos tecnológicos nas escolas públicas, que coexistiam com os cursos gerais já existentes. Os cursos tecnológicos foram concebidos como uma via alternativa ao ensino regular, sobretudo orientada para o ingresso no ensino politécnico.

Durante a década de 1990, apesar das medidas implementadas, persistiram os problemas de insucesso e abandono escolar. Embora os cursos profissionais apresentassem taxas de empregabilidade relativamente elevadas, o seu

crescimento ficou condicionado pela forte pressão sobre o Orçamento de Estado e pela dependência dos fundos comunitários, o que dificultava a criação de novas escolas e tornava o modelo financeiramente pouco sustentável.

Mais tarde, no âmbito do XIII Governo Constitucional (1995–1999), com Marçal Grilo como Ministro da Educação, foi conduzida uma revisão curricular do ensino secundário (1997). Esta reforma deu origem a um novo enquadramento legal, que priorizava as duas vias do ensino secundário regular — cursos gerais e cursos tecnológicos —, sem, contudo, explicitar o papel dos cursos profissionais. Assim, o ensino secundário manteve-se, na prática, predominantemente académico, com reduzida valorização das vias profissionalizantes.

Apenas a partir de 2004, durante o XV Governo Constitucional, com David Justino como Ministro da Educação, é promovida uma reforma estruturante que redefine a gestão curricular e o processo de avaliação do ensino secundário. O Decreto-Lei n.º 74/2004, e os documentos orientadores da revisão curricular de 2003, reorganizaram o ensino secundário público em quatro modalidades distintas:

- Cursos científico-humanísticos;
- Cursos tecnológicos;
- Cursos artísticos;
- e Cursos profissionais.

Com esta reforma, os cursos profissionais foram finalmente introduzidos nas escolas secundárias públicas, o que representou um passo decisivo na diversificação da oferta educativa e na integração do ensino profissional no sistema educativo nacional. Esta medida permitiu, por um lado, responder à reduzida oferta educativa existente e, por outro, evitar o abandono escolar, criando novas aspirações e oportunidades para muitos alunos. O impacto foi imediato: o número de candidaturas a cursos profissionais superou largamente as vagas disponíveis.

Mais tarde, com a chegada do XVII Governo Constitucional (2005–2009), foram estabelecidos novos objetivos estratégicos para o sistema educativo. Entre eles destacaram-se a redução do défice de qualificações da população jovem adulta, associado ao abandono e insucesso escolar, e a elevação da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade. Estas orientações traduziram-se num conjunto de políticas públicas efetivamente concretizadas, com impacto significativo no sistema de ensino e formação profissional, reforçando o papel do ensino profissional enquanto via legítima de qualificação.

Apesar dos progressos alcançados, o financiamento das escolas profissionais continuou a depender em larga medida dos fundos comunitários, o que limitava a sua expansão — uma situação que, de certa forma, se mantém até aos dias de hoje (2025).

Por fim, importa reconhecer que, embora atualmente exista um reconhecimento cada vez mais consensual das vantagens do ensino profissional, este ainda é, por vezes, percecionado como uma alternativa secundária face ao ensino regular. Assim, é fundamental continuar a valorizar esta modalidade de educação, essencial para a formação de profissionais qualificados e para o responder às necessidades do mercado de trabalho.

A Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP) apresenta este ensino como um percurso de ensino secundário que oferece dupla certificação, de nível 4, permitindo aos alunos desenvolver competências sociais, científicas e profissionais necessárias para uma carreira, ao mesmo tempo que completam o ensino secundário.

Estes cursos preparam os jovens para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho e possibilitam a continuação de estudos a nível pós-secundário e superior.

Integrados no Catálogo Nacional de Qualificações, os Cursos Profissionais duram três anos, com uma carga horária entre 3100 e 3440 horas, e estão divididos em quatro componentes de formação (Portaria n.º 235-A / 2018, de 23 de agosto:

- Formação sociocultural, com disciplinas comuns a todos os cursos que visam construir a identidade pessoal, social e cultural dos alunos;
- Formação científica, inclui duas ou três disciplinas e proporcionam uma base científica alinhada com a qualificação desejada;
- Formação tecnológica, com Unidades de Formação de Curta Duração, foca-se na aquisição de competências técnicas essenciais para a prática profissional;
- Formação em contexto de trabalho, esta é realizada em empresas ou organizações, visa desenvolver competências técnicas, relacionais e organizacionais, através de experiências práticas.

Os cursos terminam com uma apresentação e defesa de um projeto, a Prova de Aptidão Profissional (PAP), onde os alunos demonstram as competências adquiridas. Existem Cursos Profissionais em diversas áreas, como indústria, tecnologia, serviços, comércio, transportes, agricultura e ambiente.

Estes cursos têm como objetivo proporcionar aos alunos uma formação profissional inicial e aprendizagens variadas, adaptadas aos seus interesses, com vista à continuação dos estudos ou à inserção no mercado de trabalho. Procuram desenvolver conhecimentos, capacidades e atitudes que permitam alcançar as competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e no Perfil Profissional da respetiva qualificação.

Atualmente, os Cursos Profissionais são da responsabilidade conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e podem funcionar em estabelecimentos de ensino público, do ensino particular e cooperativo e nas escolas profissionais públicas e privadas.

## **2.2. Contribuição do ensino profissional para a empregabilidade: uma análise abrangente**

O ensino profissional tem-se destacado como um pilar fundamental na transição entre a educação e o mercado de trabalho, demonstrando eficácia significativa na promoção da empregabilidade. A investigação recente revela que 72% dos jovens do ensino profissional consegue emprego num prazo de dois anos, uma taxa substancialmente superior aos 56% registados no ensino secundário geral. Esta realidade demonstra o valor acrescentado da formação profissional na preparação de competências alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho, embora persistam desafios relacionados com o alinhamento entre a oferta formativa e as oportunidades de emprego específicas nas regiões onde os cursos são ministrados.

A investigação conduzida pela Nunes, Martins, Reis e Thomas (2025) demonstra que o ensino profissional tem contribuído significativamente para melhorar as taxas de empregabilidade em Portugal. Segundo os autores, 72% dos alunos que concluíram estes cursos e entraram no mercado de trabalho conseguiram emprego no prazo de dois anos, uma percentagem muito superior à registada no ensino geral. Esta diferença substancial reflete a orientação prática e profissional destes cursos, que proporcionam aos alunos competências diretamente aplicáveis no mercado de trabalho.

Esta investigação ressalta ainda que os cursos profissionais estão desenhados especificamente para a transição para o mercado de trabalho, e os dados nacionais mostram que esse objetivo é amplamente conseguido. Esta orientação estratégica dos cursos profissionais contrasta com o ensino geral, que tradicionalmente se focava na preparação para o prosseguimento de estudos superiores, deixando uma lacuna na preparação direta para o emprego. Além deste contributo direto para a empregabilidade, os cursos profissionais têm demonstrado eficácia na redução das taxas de abandono escolar (Pessoas 2030, 2025). O ensino profissional tem promovido a inclusão social ao

proporcionar percursos educativos alternativos que respondem ao interesse e aptidões diversificadas dos jovens. A estrutura dos cursos profissionais, com a sua componente prática e ligação direta ao mercado de trabalho, tem-se revelado mais atrativa para determinados perfis de estudantes. Esta característica não apenas contribui para a diminuir retenção escolar, mas também garante que os jovens desenvolvem competências valorizadas pelos empregadores, criando um círculo virtuoso entre educação e empregabilidade.

O ensino profissional distingue-se pela sua capacidade de desenvolver simultaneamente competências técnicas específicas e competências transversais essenciais para o desempenho profissional (EC, 2025). A investigação sobre empregabilidade e a educação e desenvolvimento de competências indica que os empregadores valorizam cada vez mais a combinação de conhecimentos técnicos com competências *soft skills*, incluindo comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipa e adaptabilidade.

A estrutura curricular dos cursos profissionais, organizada em componentes de formação sociocultural, científica, tecnológica e em contexto de trabalho, proporciona uma formação holística que responde a estas exigências do mercado.

A formação em contexto de trabalho, em particular, permite aos estudantes desenvolver competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional, numa experiência prática que facilita a transição posterior para o emprego efetivo.

No que concerne aos desafios e limitações do ensino profissional, apesar dos resultados positivos em termos de empregabilidade global, a investigação revela desafios significativos relacionados com o alinhamento geográfico entre a formação e as oportunidades de emprego. Com efeito, embora os resultados sejam positivos, são "relativamente pequenos" quando analisados a nível local (OECD, 2025). A abertura de um curso profissional conduziu, em média, a um aumento de apenas 0,14 trabalhadores na profissão específica do curso, dois

anos após a conclusão é de 0,17 trabalhadores após três anos, quando considerado apenas o concelho onde se localizam as escolas.

Quando falamos em necessidade de coordenação regional e sectorial, Luís Catela Nunes refere a necessidade de reforçar a coordenação regional, tendo em conta que frequentemente os estudantes não se limitam ao concelho onde estudaram (OECD, n.d.). O planeamento dos cursos exige um maior alinhamento regional para maximizar o impacto na empregabilidade local e regional. Esta coordenação deve considerar não apenas as necessidades imediatas do mercado, mas também as tendências de desenvolvimento económico e as transformações setoriais em curso.

Podemos assim concluir que o ensino profissional constitui uma contribuição fundamental para a empregabilidade, com resultados significativamente superiores aos do ensino geral. A taxa de empregabilidade de 72% dos diplomados do ensino profissional num prazo de dois anos representa um sucesso considerável na transição entre educação e mercado de trabalho, conforme documentado pelos estudos de Nunes et al. (2025).

No entanto, persistem desafios relacionados com o alinhamento geográfico entre a formação e as oportunidades de emprego, bem como a necessidade de melhorar a coordenação regional e sectorial. O impacto positivo do ensino profissional estende-se para além da empregabilidade direta, contribuindo também para a redução do abandono escolar, o desenvolvimento do empreendedorismo e a dinamização do tecido empresarial.

As tendências futuras apontam para a necessidade de maior integração de tecnologias digitais, desenvolvimento de competências verdes e adaptação às transformações do mercado de trabalho. A formação vocacional assume particular relevância no contexto das mudanças tecnológicas e da transição para uma economia mais sustentável, representando uma oportunidade para o desenvolvimento de competências alinhadas com as necessidades emergentes do mercado.

A promoção da inclusão social através do ensino profissional constitui outro contributo significativo, particularmente na integração de jovens de contextos socioeconómicos desfavorecidos e na democratização do acesso à educação técnica e profissional. Esta dimensão social do ensino profissional reforça o seu valor não apenas económico, mas também como instrumento de coesão social e desenvolvimento inclusivo.

Para maximizar o potencial do ensino profissional na promoção da empregabilidade, é essencial desenvolver melhores indicadores de qualidade, aprofundar as parcerias com o setor empresarial e melhorar a imagem pública desses percursos formativos. Apenas através de uma abordagem integrada que considere estes múltiplos aspetos será possível realizar plenamente o potencial do ensino profissional como motor da empregabilidade e do desenvolvimento económico e social.

### **2.3. Análise das fragilidades atuais do sistema de ensino profissional**

A análise das fragilidades atuais do sistema de ensino profissional em Portugal pode ser abordada a partir de diversos ângulos, destacando-se a desconexão com o mercado de trabalho, o estigma do ensino profissional, a desvalorização, falta de informação, impacto psicológico, infraestruturas e recursos limitados. A desconexão com o mercado de trabalho, infelizmente é uma das principais fragilidades do sistema de ensino profissional em Portugal, a falta de alinhamento entre o currículo educacional e as necessidades do mercado de trabalho, faz com que muitas vezes, os cursos oferecidos não reflitam as competências e habilidades que os empregadores realmente valorizam.

O sistema de ensino profissional enfrenta diversas fragilidades que comprometem sua eficácia em preparar os alunos para o mercado de trabalho. Entre os principais desafios, destaca-se a desconexão entre a formação oferecida e as demandas do setor produtivo. Muitas instituições ainda não conseguem atualizar seus currículos para refletir as necessidades do mercado, resultando em uma formação desatualizada e inadequada (Kis, 2010).

Cerca de 30 anos após a implementação do modelo dos Centros de Formação Profissional, que ainda está em vigor, o Ensino Profissional enfrenta diversas dificuldades, incluindo preconceitos e estigmas sociais a ele associados (Jodelet, Vala, & Monteiro, 1999).

Frequentemente, a vertente profissional do ensino é vista como uma alternativa secundária, voltada para alunos que têm um histórico escolar marcado pelo fracasso, o que acentua as suas vulnerabilidades à exclusão social (Alves, 2020). Quando se ouvimos falar em estigma do ensino profissional, deve-se ao *facto* do ensino profissional ser muitas vezes visto como uma opção inferior, em comparação com o ensino superior, e como uma segunda opção em relação ao dito “ensino regular”, o que pode levar a uma desvalorização das habilidades práticas e técnicas adquiridas pelos alunos.

Este estigma desencoraja os alunos e famílias a optar por esta via, limitando a potencial formação de uma força de trabalho qualificada. Este estigma acontece

quando determinadas percepções negativas são associadas a este tipo de ensino, este estigma pode ter várias causas e repercussões, sejam elas sociais e/ou individuais. Em várias culturas, há expectativas de que todos os estudantes devem seguir um caminho escolar, o que pode diferenciar ou até excluir os alunos que escolhem o ensino profissional. Esta pressão pode resultar em sentimentos de inadequação ou inferioridade entre os alunos.

Segundo Barbosa (2020), existe uma percepção de que o ensino profissional é de qualidade inferior em comparação ao ensino geral, devido às trajetórias de insucesso escolar. O ensino profissional é visto como menos exigente, especialmente considerando o contexto socioeconômico desfavorável e a baixa escolaridade das famílias da maioria dos alunos (DGEEC, 2020; Martins et al., 2005).

Outro ponto passa pela falta de informação e esta pode ser exacerbada no que diz respeito a oportunidades e benefícios do ensino profissional. Muitas pessoas não estão informadas de que uma formação técnica pode gerar carreiras bem-sucedidas e bem remuneradas. No mercado de trabalho, existe uma percepção de que os títulos acadêmicos universitários têm uma qualificação profissional, e de facto esta perspectiva já não se coaduna com a atualidade – falta de mão-de-obra nas empresas. Neste sentido, é necessário transmitir esta informação com toda a verdade e transparência para que todos os jovens possam ser livres, e possam também colocar nos seus projetos e escolhas o ensino profissional.

No que diz respeito ao impacto psicológico, os alunos ainda enfrentam o estigma do ensino profissional, resultando para alguns numa baixa autoestima e desmotivação, afetando o seu percurso escolar, as suas escolhas, desempenho e carreiras futuras. É também fundamental que todos os docentes do ensino profissional enfrentem este desafio de mudar as percepções e opiniões sobre o ensino profissional. Devem, a par das escolas e dos alunos, destacar a importância e a relevância das habilidades práticas do ensino profissional no mercado de trabalho atual. Embora ofereça oportunidades valiosas, o ensino técnico e profissional ainda é visto, por alguns, como uma opção de menor valor em comparação com a educação acadêmica tradicional. Este estigma pode

desestimular os alunos a escolherem esse caminho, reduzindo a quantidade de mão de obra qualificada no mercado (Bishop & Mane, 2004).

A superação do estigma do ensino profissional requer um esforço coletivo, envolvendo as escolas, famílias, empresas e a sociedade em geral para que juntos se promova uma visão mais positiva e inclusiva sobre as diferentes formas de educação. Desta superação fazem parte iniciativas de valorização, como iniciativas que promovam este ensino mais técnico, parcerias com a indústria, programas de formação contínua, bem como a divulgação da contribuição positiva que o ensino profissional tem na sociedade e na economia.

As infraestruturas e os recursos limitados do ensino profissional são desafios significativos que influenciam a qualidade da formação fornecida aos alunos. Muitas instituições de ensino profissional enfrentam desafios em termos de infraestrutura e recursos, pois a falta de equipamentos adequados, laboratórios e tecnologias atualizadas pode comprometer a qualidade da formação oferecida e a capacidade dos alunos de adquirir competências práticas relevantes.

A carência de materiais didáticos, como livros, softwares e ferramentas específicas para cada área de formação, limita a capacidade dos alunos de aprender de maneira eficaz e de se manterem atualizados com as necessidades do mercado e da indústria. A falta de acesso a tecnologias modernas pode prejudicar a formação dos alunos, especialmente em áreas que exigem conhecimentos significativos entre a formação e as demandas do mercado de trabalho.

A falta de infraestrutura adequada e recursos pedagógicos limita a qualidade do ensino. Muitas escolas de educação profissional não têm acesso a equipamentos modernos e tecnologia necessária para oferecer uma formação prática de qualidade (Cruz & Silva, 2018). Esta situação pode levar a uma formação que não atende às expectativas dos empregadores, que buscam profissionais com habilidades técnicas específicas e atualizadas.

Para combater esta problemática surgiu a criação dos Centro Tecnológicos Especializados (CTE), que tem como objetivo ampliar a capacidade instalada dos estabelecimentos de ensino profissional, melhorando o ambiente de

aprendizagem e a qualidade da formação. Este investimento tem como objetivo a criação e modernização de CTE é um dos principais objetivos do Plano de Recuperação e Resiliência, cuja primeira publicação do aviso de abertura do concurso foi a dezassete de junho de 2022.

Muitas escolas de ensino profissional operam com orçamentos limitados, o que dificulta a aquisição de novos equipamentos e a manutenção de infraestruturas já existentes. A falta de investimento pode afetar diretamente a qualidade do ensino, pois quanto mais qualidade tiver a estrutura, equipamentos e materiais melhor será a qualidade do ensino.

Os CTE (Agência Nacional de Inovação, 2021) permitem a promoção da investigação, desenvolvimento e inovação em áreas específicas como a tecnologia, apoiar as empresas, instituições de ensino e organizações na criação de novos produtos, processos e serviços, além de facilitar a transparência de conhecimento.

Estes Centros têm como principais funções a investigação e desenvolvimento, transferências e tecnologia, formação e capacitação, apoio a empresas e colaboração. Os CTE irão também melhorar as parcerias com o setor privado.

Adicionalmente, a falta de parcerias efetivas entre instituições de ensino e empresas dificulta a criação de estágios e experiências práticas, que são fundamentais para a formação dos alunos (Tuck, 2017). A aprendizagem baseada no trabalho é uma estratégia reconhecida como eficaz, mas sua implementação ainda enfrenta barreiras significativas.

Por fim, as mudanças rápidas no mercado de trabalho, impulsionadas pela tecnologia e pela globalização, exigem uma atualização constante dos currículos e metodologias de ensino. A resistência à mudança dentro das instituições pode ser uma das principais barreiras para a adaptação necessária (CE, 2018).

## **2.4. Comparação com outros países europeus**

As fragilidades do sistema de ensino profissional em Portugal, quando comparadas a outros países europeus, evidenciam a necessidade de reformas e melhorias. A adoção de boas práticas observadas em países que possuem sistemas de ensino profissional mais robustos pode contribuir significativamente para a valorização e eficácia do ensino profissional em Portugal. A adoção de boas práticas não apenas beneficiaria os alunos, mas também poderia atender melhor às necessidades do mercado de trabalho, promovendo uma força de trabalho mais qualificada e preparada para os desafios contemporâneos.

Neste sentido, em comparação com outros países europeus, o nosso sistema português enfrenta alguns desafios, que abaixo são destacados alguns pontos de comparação. No que diz respeito à integração com o mercado de trabalho, enquanto em Portugal existe uma desconexão significativa entre o currículo do ensino profissional e as necessidades do mercado de trabalho, em países como a Alemanha e a Suíça, o sistema de formação profissional é fortemente integrado ao mercado de trabalho, com parcerias robustas entre escolas e empresas, o que garante que os currículos sejam constantemente atualizados e que os alunos tenham acesso a estágios práticos relevantes.

Quando tentamos ter uma percepção do social do ensino profissional em Portugal, este é frequentemente visto como uma opção inferior em comparação com o ensino superior e isto faz com que alguns jovens fiquem desinteressados em seguir esta via do ensino. Em países como a Áustria e a Dinamarca, o ensino profissional é altamente valorizado e reconhecido como uma via legítima e respeitável para o sucesso profissional, o que atrai um maior número de alunos.

Quando mencionamos a importância da qualidade da formação de professores, posteriormente também a atualização dos professores no ensino profissional pode ser insuficiente, resultando numa falta de conexão com as práticas e tecnologias do setor. Em países como os Países Baixos (OECD, 2020), os professores da formação profissional frequentemente têm experiência prática no

setor e são incentivados a manter-se atualizados com as mudanças do mercado, o que melhora a qualidade do ensino.

No que diz respeito aos recursos e infraestruturas com base no programa Pessoas 2030, como referido anteriormente, Portugal ainda tem muitas instituições que enfrentam limitações em termos de infraestrutura e recursos, com equipamentos e tecnologias desatualizados<sup>1</sup>. Em países como a Finlândia investem significativamente nas instituições de ensino profissional, garantindo que tenham as infraestruturas necessárias para fornecer uma educação de alta qualidade.

Em Portugal, quando se fala no tema integração de competências interpessoais, o foco tende a ser maior nas competências técnicas, como uma menor ênfase em *soft skills*, que são essenciais no ambiente de trabalho moderno. Por exemplo, na Suécia a formação profissional inclui um forte componente de desenvolvimento de *soft skills*, preparando os alunos para a dinâmica de trabalho em equipa e a comunicação efetiva.

Sobre a análise da taxa de atração e retenção de alunos no ensino profissional, segundo o relatório *Education and Training Monitor* (CE, 2024), que analisa o progresso dos Estados Membros em relação às metas de educação e formação, destaca que 64,5 % dos alunos beneficiam de aprendizagens em contexto de trabalho. Este estudo destaca a ligação entre a modalidade e a empregabilidade como algo bem claro: na Europa 81% dos diplomados recentes conseguem emprego, a maior taxa desde 2014. Em Portugal, 74,1% dos estudantes da formação profissional participam em aprendizagens em contexto de trabalho, superando a média europeia em quase 10 pontos percentuais. Porém, a taxa de emprego é inferior à média da União Europeia, refletindo a necessidade de um maior alinhamento entre a oferta formativa e as exigências do mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> Ministério da Educação. (1989). *Diário da República n.º 18/1989, Série I, 21 de janeiro de 1989* (pp. 246-249).

Em Portugal, as taxas de atração e retenção de alunos no ensino profissional podem ser baixas, em parte devido à estigmatização e à falta de incentivos.

Segundo as estatísticas da educação publicadas em 2022/2023, a taxa de transição/conclusão do ensino secundário, nas modalidades para jovens, situa-se em 2022/2023 nos 90,2 %, menos 1,2 pontos percentuais do que no ano letivo anterior, embora represente, ainda assim, uma taxa de sucesso bastante elevada, que importa, sempre, melhorar.

Os valores registados em relação à taxa de retenção e desistência aumentam, normalmente, com o nível de ensino e ciclo de estudos. No ano letivo 2022/2023, o valor mais elevado de taxa de retenção e desistência, nas modalidades para jovens, correspondeu ao do último ano do ensino secundário com 13,2%, mais um ponto percentual do que no ano anterior. A taxa de retenção e desistência no ensino básico foi de 3,8%, mais 0,7 pontos percentuais do que em 2021/2022.

No atual período de programação, o PESSOAS 2030, com o financiamento do Fundo Social Europeu Mais (FSE +) e Estado português, apoia as vias de dupla certificação para jovens, que abrangem cursos profissionais (incluindo os cursos com planos próprios), cursos de aprendizagem e os cursos de educação e formação de jovens.

A dupla certificação permite que os formandos obtenham simultaneamente um diploma de ensino secundário, proporcionando uma formação escolar sólida e também uma certificação profissional, que dota os jovens com competências práticas e específicas de uma profissão que aumenta a sua empregabilidade. Este caminho educativo também incentiva a continuidade dos estudos e a formação ao longo da vida, promovendo a adaptabilidade e a resiliência num mercado de trabalho em constante evolução.

No âmbito dos cursos profissionais, o programa pessoas 2030 visa apoiar 366 mil jovens em cursos profissionais até 2029, e tem como objetivo alcançar uma taxa de empregabilidade ou prosseguimento de estudos de 65% seis meses após conclusão da formação.

Em países como a Noruega, são criados e implementados programas de incentivo, como estágios remunerados e bolsas de estudo, que ajudam a atrair e reter alunos em cursos de formação profissional (Norwegian Directorate for Higher Education and Skills, 2021).

Em Portugal, temos outro problema conhecido por “desigualdade regional” no que concerne ao ensino profissional, pois o acesso a este, no nosso país, pode variar entre regiões, com áreas rurais enfrentando limitações significativas em termos de oferta e recursos em países europeus existem políticas destinadas a garantir que o ensino profissional seja acessível em todas as regiões, minimizando disparidades.

### **3. METODOLOGIA**

### **3.1. Problemática e objetivos do estudo**

O ensino profissional desempenha um papel crucial na formação de uma força de trabalho qualificada, alinhando as competências adquiridas pelos alunos às necessidades do mercado de trabalho.

Neste contexto, a percepção dos empregadores sobre a eficácia e o valor do ensino profissional torna-se um tema relevante para compreender as dinâmicas entre a educação e a empregabilidade. Esta dissertação procura explorar a percepção dos empregadores, analisando os benefícios percebidos e os desafios enfrentados.

Segundo Lima e Rodrigues (2014), frequentemente os empregadores reconhecem que o ensino profissional proporciona uma formação mais prática e direcionada, preparando os alunos para as exigências específicas do mercado de trabalho, e os cursos profissionais permitem que os alunos adquiram habilidades práticas que são altamente valorizadas na indústria. Assim, a formação técnica é vista como uma ponte para a empregabilidade, pois os alunos que passam por este tipo de formação tendem a ter um melhor entendimento das demandas do mundo do trabalho. Além disso, muitos empregadores expressam a necessidade de colaboração com instituições de ensino profissional para garantir que o currículo esteja alinhado com as tendências do mercado de trabalho. Deste alinhamento pode resultar uma força de trabalho mais capacitada, adaptável e pronta a enfrentar desafios contemporâneos.

A percepção dos empregadores sobre o ensino profissional é multifacetada, capaz de envolver o reconhecimento das vantagens, bem como as preocupações sobre a qualidade e relevância da formação oferecida. De forma a maximizar o valor do ensino profissional, é crucial estabelecer um diálogo contínuo entre instituições de ensino e o setor empresarial, garantindo que a formação atenda às necessidades do mercado de trabalho. Somente assim será possível superar os desafios enfrentados e valorizar a educação profissional como uma via legítima e eficaz para a formação de profissionais competentes e preparados para o mercado de trabalho.

Apesar das vantagens, ainda existem estigmas associados ao ensino profissional, pois alguns empregadores veem o ensino profissional como inferior ao dito “ensino regular” ou tradicional, perpetuando a ideia de que o ensino profissional é uma escolha de menor valor – e não é “regular”. Esta percepção pode dificultar a aceitação dos alunos no mercado de trabalho, como apontam Santos e Costa (2016). Além disso, a falta de atualização dos currículos e a desconexão entre a teoria e a prática são frequentemente citadas como desafios pelos empregadores. Eles esperam que os alunos não apenas tenham conhecimento técnico, mas também habilidades interpessoais, como comunicação e trabalho em equipa, que são essenciais em ambientes profissionais. A formação deve, portanto, incluir componentes que desenvolvam essas competências.

Neste sentido, o objetivo geral deste estudo é identificar as percepções e expectativas dos empregadores em relação ao ensino profissional em Portugal, com o objetivo de sugerir melhorias que possam reforçar a qualidade e aumentar a empregabilidade.

Como objetivos específicos este estudo pretende:

- Caracterizar o perfil dos empregadores inquiridos na Região do Tâmega e Sousa;
- Identificar as percepções dos empregadores relativamente à qualidade e relevância do ensino profissional;
- Identificar os principais desafios enfrentados pelos empregadores ao integrar formandos do ensino profissional nas suas equipas;
- Avaliar as expectativas dos empregadores quanto às competências desenvolvidas pelos diplomados do ensino profissional;
- Avaliar a eficácia da colaboração entre instituições de ensino profissional e empresas;
- Analisar as fragilidades e potencialidades do ensino profissional português face às exigências do mercado de trabalho;
- Identificar práticas bem-sucedidas de integração dos alunos do ensino profissional no mercado de trabalho;

- Propor recomendações e estratégias de melhoria que possam aumentar a atratividade, eficácia e o impacto do ensino profissional na empregabilidade.

### **3.2. Justificação das opções metodológicas**

A metodologia constitui uma etapa fundamental de qualquer investigação científica, uma vez que define o enquadramento teórico e prático que orienta a recolha, o tratamento e a análise dos dados. A escolha da abordagem metodológica deve ser coerente com os objetivos da pesquisa e com a natureza do fenómeno estudado, assegurando a validade e a fiabilidade dos resultados. Entre as diferentes abordagens possíveis, a metodologia quantitativa destaca-se pela sua capacidade de traduzir fenómenos sociais em dados numéricos, permitindo o estabelecimento de relações, comparações e generalizações com base em evidências objetivas.

A investigação de natureza quantitativa assenta na recolha e análise de dados mensuráveis, com o propósito de identificar padrões, tendências e correlações. Este tipo de metodologia privilegia a objetividade e a precisão, recorrendo frequentemente a instrumentos padronizados, como o inquérito por questionário, que permitem tratar a informação através de procedimentos estatísticos. A abordagem quantitativa é particularmente adequada para estudos que envolvem um número significativo de participantes, possibilitando a extrapolação dos resultados para uma população mais ampla e contribuindo para a formulação de conclusões sustentadas empiricamente.

No presente estudo, a metodologia adotada baseia-se na aplicação de um inquérito por questionário, instrumento que se revela adequado às finalidades da investigação e às características do grupo-alvo. O questionário permite a obtenção de dados quantitativos suscetíveis de serem analisados estatisticamente, facilitando a identificação de padrões ou tendências em grupos numerosos de participantes, de forma estruturada e objetiva.

No que diz respeito à amplitude e alcance desta metodologia, o inquérito por questionário possibilita a participação de um número alargado de inquiridos, aumentando a representatividade dos resultados e a possibilidade de generalização das conclusões. Em termos de custo e recursos, este método

apresenta vantagens relativamente a abordagens qualitativas, como entrevistas ou grupos focais, sendo mais económico e exequível, sobretudo quando aplicado por via digital.

Acresce que os questionários oferecem um nível de anonimato que tende a encorajar respostas mais sinceras, especialmente em temáticas sensíveis. As respostas recolhidas podem ser facilmente codificadas e analisadas estatisticamente, permitindo a identificação de padrões e tendências de forma rigorosa e eficiente. Além disso, o instrumento pode ser adaptado a diferentes públicos e contextos, possibilitando a personalização das perguntas em função das necessidades específicas da investigação.

A crescente utilização de plataformas digitais torna os questionários online uma ferramenta acessível e eficaz de recolha de dados, superando barreiras geográficas e temporais. Todas estas características contribuem para que o inquérito por questionário seja reconhecido como uma opção metodológica sólida e fiável, amplamente utilizada em estudos académicos e em investigações de carácter social e educacional.

No âmbito da investigação intitulada “*O Ensino Profissional: Um estudo de caso sobre as perceções dos empregadores da Região do Tâmega e Sousa*”, o inquérito por questionário tem como objetivo recolher dados quantitativos sobre as perceções dos empregadores em relação ao ensino profissional, permitindo uma análise estatística das respostas e a identificação de tendências significativas no contexto estudado.

O inquérito por questionário foi estruturado em várias secções, incluindo questões sociodemográficas (como o sector da atividade, tamanho da empresa e localização), questões sobre a experiência alunos e empregadores do ensino profissional e questões sobre a avaliação das competências adquiridas pelos alunos. Foram utilizadas questões fechadas com opções de resposta pré-definidas para facilitar a análise quantitativa, bem como algumas questões abertas para permitir que os respondentes expressassem opiniões mais detalhadas. Algumas perguntas foram formuladas utilizando escalas Likert, onde

os empregadores puderam avaliar aspetos como a importância de diversas competências e a satisfação com os graduados do ensino profissional.

O inquérito por questionário foi aplicado com uma série de cuidados éticos que garantiram a privacidade e os direitos dos participantes. Inicialmente, o questionário foi cuidadosamente elaborado, contendo perguntas claras e objetivas para obter informações relevantes sobre a perceção dos empregadores em relação ao ensino profissional. A seleção da amostra foi realizada de forma a garantir uma representação diversificada de setores e tamanhos de empresas, assegurando uma visão abrangente do tema.

Um dos principais cuidados foi o anonimato dos participantes, que puderam responder ao questionário sem que suas identidades fossem associadas às respostas. Além disso, a confidencialidade das informações recolhidas foi rigorosamente mantida, com os dados sendo armazenados de forma segura em que só os investigadores têm acesso, evitando qualquer divulgação não autorizada.

Os participantes também foram submetidos a um processo de consentimento informado, no qual assinaram um formulário explicativo sobre os objetivos da pesquisa e os direitos que possuíam, incluindo o direito de desistir a qualquer momento. Foi esclarecido que os dados recolhidos seriam utilizados exclusivamente para fins académicos, apresentando resultados de forma agregada, sem identificação individual.

Por fim, as perguntas foram formuladas de maneira a evitar temas sensíveis, respeitando as experiências dos inquiridos e promovendo um ambiente de confiança. Todos os cuidados éticos foram fundamentais para assegurar a integridade da pesquisa e proteger os direitos dos participantes ao longo do processo da recolha de dados.

O questionário foi distribuído online e o convite para participar do inquérito foi enviado por e-mail, acompanhado de uma breve descrição do estudo e da sua importância. Tendo em conta que no fim do prazo pretendido não tinha o número de respostas suficientes, este foi partilhado em plataformas digitais, como por

exemplo o *LinkedIn*. Esta decisão foi necessária para facilitar o acesso e a resposta. A recolha de dados foi realizada ao longo de um período definido e, posteriormente, alargado, permitindo um tempo mais adequado para que os participantes respondessem.

No que diz respeito à amostra de empregadores, o inquérito foi enviado a 110 empregadores, mais concretamente 10 de cada município. Esta foi composta por 51 respostas de diferentes setores da Região Tâmega e Sousa. A seleção foi feita de forma a garantir uma representação equilibrada dos diversos setores da economia desta região, destacando a indústria, comércio e o sector social. O tamanho da amostra foi determinado com base em critérios de representatividade e viabilidade, cujo objetivo é incluir um número suficiente de respostas para garantir a robustez dos dados.

No que diz respeito à análise dos dados, é de salientar que os dados recolhidos foram analisados utilizando métodos estatísticos, como análise descritiva e inferencial para identificar padrões e correlações nas respostas.

Concluo que esta metodologia permitiu uma abordagem direta e clara para investigar o valor do ensino profissional na perspetiva dos empregadores.

### **3.4. Descrição da amostra**

Segundo Creswell (2014), estabelecer critérios claros ajuda a economizar tempo e recursos na fase de recolha de dados, facilitando o alcance do público alvo desejado. O mesmo autor refere ainda que uma seleção criteriosa ajuda a garantir que os participantes estejam dispostos e sejam adequados para o estudo, respeitando princípios éticos na pesquisa.

Os critérios de seleção de um inquérito por questionário são essenciais para a qualidade e para a credibilidade da pesquisa. Eles influenciam a validade dos dados, a verdade e dos resultados e a possibilidade da generalização das conclusões.

Os critérios de seleção referem-se às condições que determinam quais os indivíduos ou grupos que serão incluídos ou excluídos da amostra de um inquérito. Neste foram utilizados alguns critérios na seleção destas empresas sendo que o objetivo é conseguir respostas de mais de metade dos municípios.

Os critérios de seleção são muito importantes, pois garantem que os dados possam ser refletidos com a realidade da população alvo, aumentando assim a validade do estudo, para que os resultados não sejam enviesados. Em média o objetivo era conseguir três respostas por município, pois uma amostra representativa, torna possível generalizar as conclusões e é essencial para que os resultados do questionário tenham uma aplicação prática.

Outro critério era a diversidade das empresas, tentar diversificar ao máximo tendo em conta as seguintes áreas, Indústria, comércio e sector social também conhecido por terceiro sector bem como a oferta formativa da região, e por fim e não menos importe ter resposta de empregadores que recebem estagiários e que não ainda não recebem, para poder analisar e comparar as respostas.

No que diz respeito à amostra de empregadores, o inquérito foi enviado a 110 empregadores, mais concretamente 10 de cada município. Esta foi composta por 51 respostas de diferentes setores da Região Tâmega e Sousa. A seleção foi feita de forma a garantir uma representação equilibrada dos diversos setores da

economia desta região, destacando a indústria, comércio e o sector social. O tamanho da amostra foi determinado com base em critérios de representatividade e viabilidade, cujo objetivo é incluir um número suficiente de respostas para garantir a robustez dos dados.

A amostra escolhida foram os empregadores do Tâmega e Sousa foram enviados e contactados via telefone, email e pelas redes sociais áreas como a indústria, comércio e ação social.

**FIGURA 1 – MAPA DA REGIÃO DO TÂMEGA E SOUSA**



Segundo a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, o Tâmega e Sousa é uma sub-região da NUT III, localizada na região Norte de Portugal (NUT II). Delimitada ao norte pelas sub-regiões do Ave e Alto Tâmega, ao sul por Viseu Dão Lafões, a leste pelo Douro e a oeste pela Área Metropolitana do Porto, abrange uma área de 1.831 km<sup>2</sup>, representando 8,6% da região Norte. A sub-região é composta por 11 municípios: Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende. Com uma população aproximada de 410.000 habitantes, possui uma densidade populacional de 223 hab/km<sup>2</sup>, correspondendo a 4% da população de Portugal e a 11,4% da população da região Norte, destacando-se como uma das regiões mais jovens do país.

Foram selecionadas empresas de Celorico de Basto, Felgueiras, Paços de Ferreira, Lousada, Amarante, Penafiel, Marcos de Canaveses, Baião, Resende, Cinfães e Castelo de Paiva. Para além das empresas foram também enviados emails para as associações empresariais de cada um destes municípios. Atualmente, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística<sup>2</sup>, a região do Tâmega e Sousa possui aproximadamente 38.457 empresas registadas. Estes dados refletem informações até ao ano de 2020, e a maior parte são microempresas, representando 95,6% do total.

---

<sup>2</sup> [Portal do INE](#)

## **4. RESULTADOS**

#### **4.1. Perfil dos participantes no estudo**

A região do Tâmega e Sousa é caracterizada por uma diversidade de setores e atividades económicas, refletida nos perfis de seus empregadores, destacando-se o setor automóvel, tecnologia e informação, moda e vestuário, saúde e assistência social, indústria, comércio e energia. Esta região destaca-se ainda pela sua diversidade económica, abrigando uma variedade de setores que impulsionam o desenvolvimento local. No setor automóvel, encontram-se empresas especializadas em serviços como a recauchutagem de pneus e o comércio de veículos e peças, oferecendo também manutenção e outras soluções essenciais para o setor.

Na área da tecnologia, a região é servida por empresas dedicadas ao desenvolvimento de software e soluções inovadoras em tecnologia da informação, que atendem a uma ampla gama de setores, promovendo avanços significativos.

O setor de moda também marca a sua presença, com lojas e marcas locais que disponibilizam uma variedade de roupas e acessórios, enriquecendo o comércio local com diversidade e estilo.

A saúde e a assistência social são prioridades, com instituições que prestam cuidados médicos e apoio à comunidade, focando especialmente nas populações mais vulneráveis e este esforço é crucial para o bem-estar da população de toda a região.

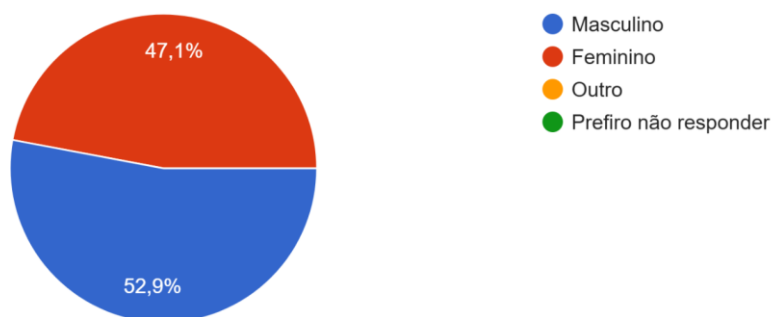
Além disso, a fabricação e distribuição de produtos industriais ou de consumo desempenham um papel vital na economia local, sustentando o desenvolvimento e a inovação.

O setor do turismo é igualmente relevante, com hotéis e residências que oferecem serviços de alojamento e cuidados pessoais, atendendo às necessidades de turistas e residentes e contribuindo para a atratividade da região.

Por fim, a operação de postos de gasolina constitui uma atividade central, garantindo o fornecimento de combustíveis e serviços associados que são fundamentais para a mobilidade e a logística, sustentando a dinâmica econômica e social da região.

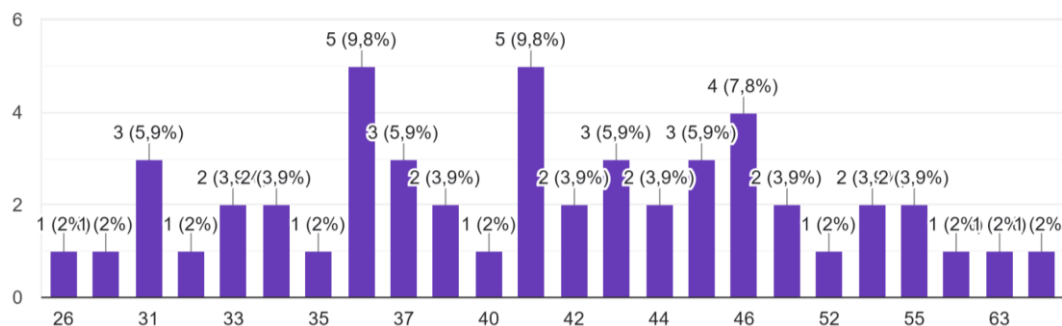
Tendo em conta o inquérito realizado na identificação do género podemos concluir que 24 respostas foram realizadas por mulheres e 27 por homens – como demonstrado no gráfico apresentado na Figura 2.

FIGURA 2 – Gráfico que representa o género dos inquiridos na amostra



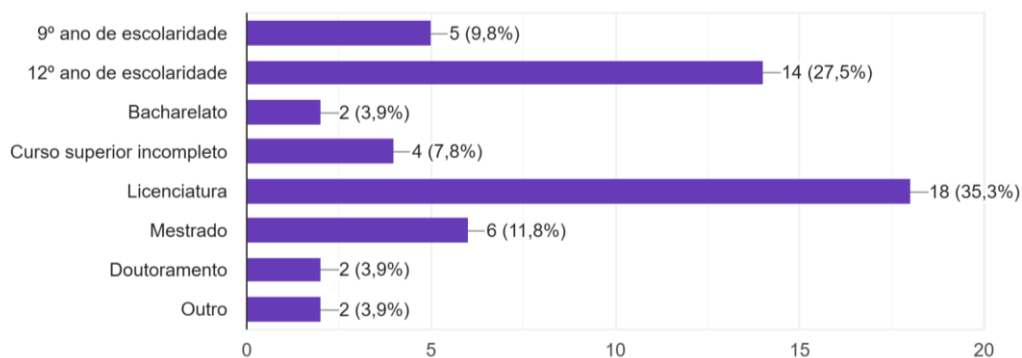
No que diz respeito às idades (Figura 3), as respostas obtidas rondavam entre a faixa etária dos 26 aos 68, porém a idade com maior frequência foi ao 37 com cinco respostas e de seguida dos 35, 37 e 42 são as idades representativas na amostra. Idades como 26, 31, 33, 40, 44, 46, 52, 55 e 63 têm frequências mais baixas, com a maioria apresentando apenas 1 ou 2 respostas. Isso pode indicar que essas idades são menos comuns ou menos relevantes para o grupo em questão.

Figura 3 - Gráfico que representa a idade dos inquiridos na amostra



No que diz respeito às habilitações académicas (Figura 4), o gráfico apresenta a distribuição das habilitações académicas dos inquiridos. A categoria com a maior frequência é a de Licenciatura, com 18 respostas (35,3%). Isso indica que a maioria dos inquiridos possui um grau de ensino superior, sugerindo um nível elevado de formação académica no grupo.

Figura 4 - Gráfico que representa as habilitações académicas dos inquiridos da amostra



A segunda maior categoria é o 12º ano de escolaridade, com 14 respostas (27,5%). Isso demonstra que uma parte significativa dos inquiridos completou o ensino secundário.

Com 6 respostas (11,8%), a categoria de Mestrado mostra que uma fração considerável possui formação pós-graduada, embora em menor número do que os licenciados.

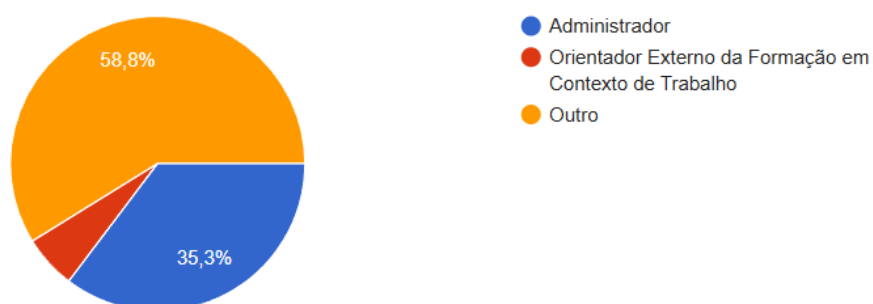
As categorias de 9º ano de escolaridade (5 respostas, 9,8%), bacharelato (2 respostas, 3,9%), curso superior incompleto (4 respostas, 7,8%), doutoramento (2 respostas, 3,9%) e "Outro" (2 respostas, 3,9%) têm representações menores. Isso sugere que a maioria dos inquiridos está acima do nível básico de escolaridade.

A maioria dos inquiridos possui pelo menos o 12º ano e a alta percentagem de licenciados e mestres indica que o grupo tende a ter uma formação académica elevada.

Em resumo, os inquiridos têm, em sua maioria, um nível académico superior, com uma predominância de licenciaturas, o que pode ser relevante para entender o contexto e as perceções desse grupo em relação ao ensino e ao mercado de trabalho.

Quanto às funções desempenhadas (Figura 4), a distribuição das funções exercidas pelos inquiridos pode ser dividida em três categorias principais: Administrador, Orientador Externo da Formação em Contexto de Trabalho e outras funções.

Figura 5 - Gráfico que representa as funções dos inquiridos da amostra



A categoria Administrado/a representa 30 (58,8%) inquiridos a maior parte. Isso indica que a função de administrador é predominante, sugerindo que a maioria dos participantes da amostra ocupa cargos que envolvem gestão e supervisão.

Já a categoria de “Orientador Externo da Formação em Contexto de Trabalho” representa 18 (35,3%) dos inquiridos. Esta função é a segunda mais representativa, indicando que uma parte significativa dos inquiridos está envolvida na orientação e supervisão de processos de formação, o que é crucial para a implementação de programas de desenvolvimento profissional e formação contínua no ambiente de trabalho.

Por fim, a categoria "Outro" que representa 3 (5,9%) dos inquiridos ocupa uma pequena fração do gráfico. Isso sugere que existem algumas funções adicionais que não se enquadram nas categorias principais, mas que, em conjunto, não têm uma representação significativa na amostra. Essa pequena percentagem pode indicar funções mais específicas ou menos comuns no contexto do estudo.

O gráfico revela uma forte presença de administradores entre os inquiridos, o que pode sugerir uma amostra orientada para a gestão e a supervisão. A presença significativa de orientadores externos indica a relevância da formação profissional e do desenvolvimento contínuo no ambiente de trabalho. Esta distribuição pode ser útil para entender as dinâmicas de trabalho e a importância das funções representadas no contexto do estudo, destacando a necessidade de habilidades administrativas e de orientação na formação profissional.

## 4.2. Resultados do inquérito por questionário

Uma das questões do inquérito procurou apurar se as empresas integram alunos do ensino profissional para a realização de estágios. Entre os inquiridos, dezanove empregadores responderam que não integram estagiários. Para estes casos, foi colocada uma questão de seguimento: “Que sugestão daria às escolas profissionais para que a sua empresa pudesse passar a integrar alunas/os?”

Da análise das respostas, verificou-se a existência de várias sugestões, sobretudo relacionadas com a necessidade de melhorar a comunicação entre as escolas profissionais e o tecido empresarial local. Os empregadores destacaram a importância de um maior contacto e proximidade entre ambas as partes, sugerindo a realização de sessões de esclarecimento, apresentação de parcerias e ações de divulgação junto das empresas da região. De forma geral, foi salientado que as escolas profissionais devem estabelecer uma relação mais direta com as empresas mais próximas, promovendo uma colaboração contínua:

Maior contacto e proximidade entre as escolas profissionais e as empresas locais, com vista a aumentar a empregabilidade dos alunos nas proximidades das suas residências.

No que diz respeito aos ajustes nos cursos e formação, quatro empregadores identificam que os cursos devem ser mais ajustados e adaptados às necessidades diárias das empresas, que devem ser mais “rigorosos nas formações”, que os cursos devem ser adequados às necessidades efetivas das empresas da região e que devem existir mais formação na área têxtil:

Deveriam alocar aos cursos áreas de formação e desenvolvimento pessoal dos alunos para que cada aluno consiga se inserir e adaptar-se melhor ao mercado de trabalho.

No que diz respeito aos desafios e restrições específicas, três empregadores referiram que, na área do Tâmega e Sousa, os quadros são muito específicos e restritos, justificando o porquê de não terem alunos estagiários. E, por último, um empregador justifica que não tem alunos porque desconhece o procedimento para ter alunos das escolas profissionais.

Destes dezanove empregadores, dois sugeriram que para a melhoria dos serviços de apoio devem ser adotadas medidas de apoio mais rápidas para a solução, e que devem ser realizados mais contactos com os departamentos de Recursos humanos das empresas.

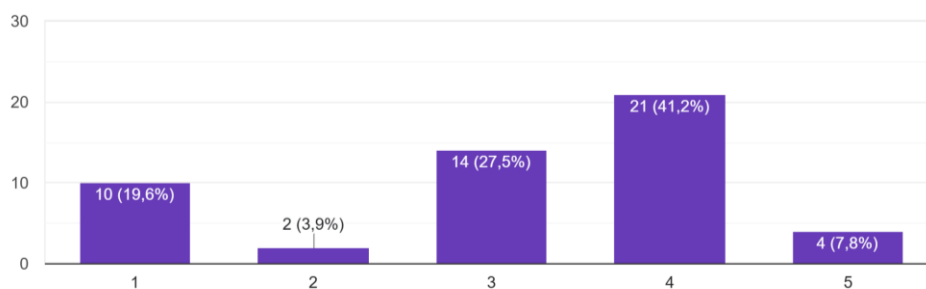
Por fim, foram também destacadas respostas como “não tenho” e “não sei responder”.

Posso concluir que estas respostas mostram que há um forte desejo de melhorar a comunicação e a colaboração entre as escolas, ajustar os cursos às necessidades reais dos mercados de trabalho e de incluir mais o desenvolvimento pessoal. Ao mesmo tempo, existem preocupações sobre a especificidade de algumas áreas e um pedido por medidas de apoio mais eficazes.

Na pergunta “Numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito baixo e 5 é muito alto, como avalia a formação desenvolvida pelos estagiários do ensino profissional na sua empresa” (Figura 6), observa-se uma tendência globalmente positiva.

A maioria dos empregadores avaliou a formação com 4 (21 respostas) e 3 (14 respostas), revelando uma perceção favorável, embora moderada. Apenas cinco empregadores atribuíram a classificação máxima (5 – muito alto), enquanto dez consideraram a formação muito baixa (1). Estes resultados sugerem que, apesar do reconhecimento da qualidade da formação desenvolvida, persistem diferenças significativas nas experiências das empresas com os estagiários, apontando para a necessidade de reforçar a articulação entre as escolas profissionais e o contexto empresarial.

Figura 6 - Gráfico que representa a avaliação da formação desenvolvida pelos estagiários do ensino profissional

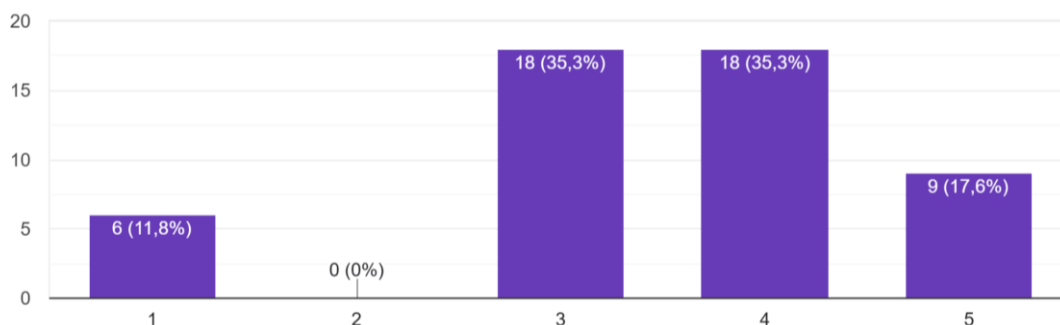


O ensino profissional enfrenta uma histórica desvalorização que em boa parte resulta de lhe terem associado uma imagem de um tipo de ensino destinado a alunos com menor desempenho escolar, sendo predominantemente alunos oriundos de meios mais desfavorecidos.

A imagem preconceituosa ajuda a explicar que, apesar da sua maior eficácia educativa, os cursos profissionais tenham nos últimos anos oferecido mais lugares do que os alunos inscritos. A verdade é que os cursos profissionais continuam a poder sustentar a sua valorização social sobre três esteios centrais sobre os quais deve continuar a repousar a credibilidade destes cursos: o saber ser, o sucesso escolar e a empregabilidade dos jovens.

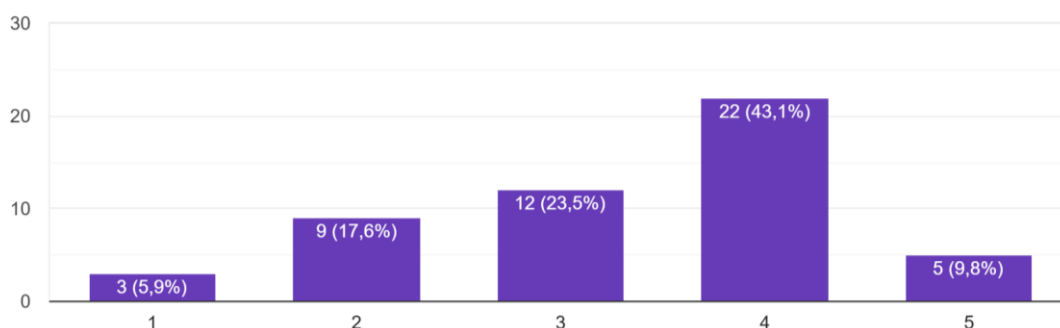
Relativamente à pergunta “Numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito baixo e 5 é muito alto, avalie a diferença do desempenho dos funcionários com formação profissional com os que não têm formação profissional” (Figura 7), seis empregadores consideram que não há diferença no desempenho, dezoito percebem que existe uma diferença considerável e nove vêm uma grande diferença de desempenho. Podemos concluir que a maioria 70,06% considera que há uma significativa e isso está explanado nas opções 3, 4 e 5 (ver anexo) no desempenho entre funcionário com formação profissional e aqueles que não tem. Mesmo assim ainda temos uma ausência de resposta em alguns empregadores.

Figura 7 - Gráfico que representa a Diferença do desempenho dos funcionários com formação profissional com os que não têm formação profissional



Um dos objetivos desta dissertação é compreender a representação da reputação do ensino profissional em Portugal, motivo pelo qual foi colocada a seguinte questão: “Numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito baixo e 5 é muito alto, como classifica o prestígio social que o ensino profissional tem atualmente?” (Figura 8)

Figura 8 - Gráfico que representa o prestígio social atual do ensino profissional



A análise das respostas revela que as classificações 3 e 4 foram as mais frequentes entre os empregadores inquiridos, evidenciando uma perceção moderadamente positiva do prestígio social do ensino profissional. Apenas três empregadores atribuíram a classificação 1 (muito baixo), o que indica que o descrédito é residual. No entanto, a avaliação 5 (muito alto) permanece pouco expressiva, sugerindo que o reconhecimento social pleno do ensino profissional ainda não foi plenamente alcançado.

Segundo Gregório (2024), apoiando-se em Thelen, as associações empresariais desempenham um papel crucial em contrariar a tendência das empresas individuais de reduzir a formação profissional durante períodos de recessão. Elas conseguem isso educando, alertando e persuadindo as empresas associadas. Além disso, a autorregulação promovida por essas associações tem ajudado a estabilizar o sistema, ajustando padrões e tratando as empresas formadoras com um certo grau de leniência durante épocas de instabilidade económica.

Na pergunta “Que sugestões daria às instituições de ensino profissional para melhorar a formação e a preparação dos alunos para o mercado de trabalho?” a análise das 51 respostas à pergunta foram categorizadas nos seguintes temas importantes.

No que diz respeito à integração com o mercado de trabalho, cinco empregadores referem as comunicação e parcerias e sugerem que a comunicação com as empresas locais deve ser melhorada para que as necessidades dos empregadores sejam ouvidas. Um empregador refere mesmo:

Deveriam conhecer as necessidades das empresas e suprimi-las.

O fortalecimento das parcerias foi visto como essencial para adotar a formação às exigências reais do mercado. Das respostas obtidas doze empregadores identificaram que houve uma forte ênfase na importância de aumentar o tempo de estágio, garantido que estes sejam realizados em empresas com necessidades reais, como também a oferta de estágios obrigatórios deve ser uma recomendação. Esta última resposta justifica a ausência de conhecimento do funcionamento dos cursos profissionais, visto que o estágio é já obrigatório<sup>3</sup>, o que justifica, não obstante, que a informação não chega a todas as empresas e que deve ser um ponto a considerar.

---

<sup>3</sup> Diário da República n.º 243/1983, 1º Suplemento, Série I de 1983-10-21,

Oferecer estágios obrigatórios ou programas de aprendizagem onde os alunos possam ganhar experiência prática em ambientes profissionais reais.

Foi também identificado o currículo e ensino, ou seja, dez empregadores sugeriram a criação de mais disciplinas práticas e a sincronização dos cursos com a realidade do mercado de trabalho.

Com casos mais práticos e situações do dia a dia como resolver, e menos teórico.

Incluir projetos reais e experiências práticas foram destacados como cruciais. Quatro empregadores realçam a adaptação curricular e que atualizar o currículo para atender às necessidades regionais e reformular os referenciais foram pontos destacados.

Dentro do desenvolvimento de competências, a responsabilidade profissional foi referida por três empregadores, e estes destacaram a necessidade de investir na responsabilidade de ética profissional, além de desmistificar a ideia de que o ensino profissional é de menor valor.

É fundamental desmistificar a ideia de que o ensino profissional é uma via de menor valor; exige rigor na aprendizagem, competência técnica e merece a valorização plena de todas as entidades envolvidas.

Ainda no desenvolvimento de competências, cinco inquiridos deram sugestões para desenvolver competências como a comunicação, o trabalho em equipa e liderança, as quais se revelam essenciais no ambiente de trabalho.

Outra fragilidade identificada foi o ambiente de ensino e condicionantes. Neste âmbito, três empregadores identificaram que as condições físicas devem ser

melhoradas para posteriormente serem um fator motivacional tanto para os alunos como para formadores/ docentes, e este fator foi considerado como muito importante. Ainda no ensino e condicionantes, dois empregadores identificaram o ambiente de aprendizagem como fragilidade e sugeriram salas de aula em ambientes empresariais desde o início do curso, sendo que esta sugestão foi identificada como inovadora.

As salas de aula deveriam estar sem paredes e nas empresas. Um misto desde o primeiro ano.

Por fim, mas não menos importante, foram considerados por quatro empregadores outros aspetos, como o incentivo e a qualidade e rigor. Foi referido ainda que os cursos profissionais deveriam oferecer ou beneficiar de incentivos financeiros, e o apoio na procura de emprego foi mencionado como forma de motivar os alunos. A necessidade de maior rigor na avaliação e acompanhamento dos alunos formandos foi também destacada.

Mais e melhor acompanhamento externo, como visitas surpresa.

Desta forma, tendo por base as respostas dos empregadores, podemos analisar que à pergunta “A sua empresa integra alunas/os de instituições de ensino profissional?” dos 51 inquiridos, 22 não têm alunos estagiários do ensino profissional. Não é uma maioria, tendo em conta que “No âmbito do PESSOAS 2030, estima-se que cerca de 366 mil jovens sejam apoiados em cursos profissionais”<sup>4</sup>. Este resultado não é de todo positivo.

---

<sup>4</sup> [pessoas2030.gov.pt/](https://pessoas2030.gov.pt/)

Quando se pergunta aos empregadores, que “sugestão daria às escolas profissionais para que a sua empresa pudesse passar a integrar alunas/os?” destacam-se as seguintes respostas:

Maior contacto entre as escolas profissionais e as empresas locais; sessões de esclarecimento e apresentações de parcerias; criação de relações comerciais; cursos Profissionais ajustados às necessidades das empresas; mais contato com o departamento de RH; medidas de apoio mais rápidas; esclarecimento sobre procedimentos; desenvolvimento pessoal dos alunos; mais formação na área têxtil e adequação dos cursos.

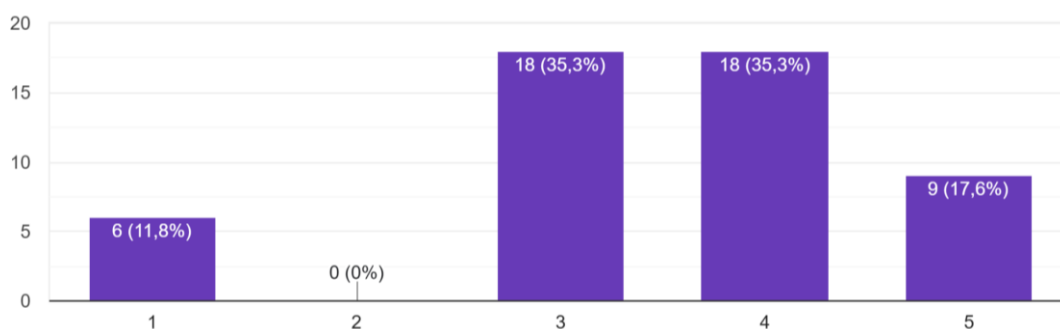
Podemos, assim, concluir que, para promover a atratividade do ensino profissional, é fundamental aumentar o contacto entre as escolas profissionais e as empresas locais, visando assim a melhoria da empregabilidade dos alunos. Sessões de esclarecimento e apresentações de parcerias nas empresas podem ser realizadas para informar sobre as oportunidades de integração. Além disso, as escolas devem criar relações comerciais com as empresas da região, permitindo um entendimento mais profundo das suas necessidades. É vital que os cursos profissionais sejam ajustados de acordo com as exigências do mercado, garantindo que o currículo se mantenha relevante. Segundo Gregório. “as ocupações e os referenciais de formação que constituem a base do sistema dual de ensino profissional têm, de ser atualizados com alguma frequência por forma a responder às constantes mudanças económicas, sociais e mesmo técnicas” (2024, p. 92).

O ensino profissional enfrenta uma histórica desvalorização que em boa parte resulta de lhe terem associado uma imagem de um tipo de ensino destinado a alunos com menor desempenho escolar. Azevedo, J. refere até que predominantemente alunos oriundos de meios mais desfavorecidos. A imagem preconceituosa ajuda a explicar que, apesar da sua maior eficácia educativa, os cursos profissionais tenham nos últimos anos oferecido mais lugares do que os

alunos inscritos. A verdade é que os cursos profissionais continuam a poder sustentar a sua valorização social sobre dois esteios centrais o saber ser, o sucesso escolar e a empregabilidade dos jovens que qualifica, elementos sobre o deve continuar a repousar a credibilidade destes cursos.

Tendo em conta as respostas dos empregadores inquiridos, à resposta “Numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito baixo e 5 é muito alto, avalie a diferença do desempenho dos funcionários com formação profissional com os que não têm formação profissional.”

Figura 9 Gráfico que representa a avaliação da diferença do desempenho dos funcionários com formação profissional com os que não têm formação profissional



Seis empregadores consideram que não há diferença no desempenho, dezoito percebem que existe uma diferença considerável e nove vêem uma grande diferença de desempenho. Podemos concluir que a maioria 70,06% considera que há uma significativa e isso está explanado nas opções 3, 4 e 5 (ver anexo) no desempenho entre funcionário com formação profissional e aqueles que não tem. Mesmo assim, ainda temos uma ausência de resposta em alguns empregadores.

Tendo em conta os objetivos desta investigação, podemos concluir, desde logo, quanto às perceções dos empregadores sobre a qualidade e relevância do ensino profissional, uma perceção globalmente positiva, ainda que moderada, sobre a qualidade da formação. A maioria classificou os estagiários com valores

médios-altos (3 e 4 numa escala de 1 a 5), indicando reconhecimento da utilidade prática da formação. Contudo, a dispersão de respostas mostra heterogeneidade nas experiências. O prestígio social do ensino profissional é considerado razoável (classificações 3 e 4 predominantes), embora o reconhecimento pleno ainda não tenha sido atingido.

Por outro lado, há um conjunto de desafios que os alunos do ensino profissional enfrentam em contexto laboral, havendo limitações estruturais e comunicacionais claras: falta de contacto direto entre escolas e empresas; desconhecimento sobre procedimentos para acolher estagiários; restrições setoriais (por exemplo, especificidade dos quadros do Tâmega e Sousa) e reduzido apoio institucional na operacionalização de estágios. Estes fatores dificultam a integração sistemática dos alunos e refletem fragilidades de articulação.

Acresce que, em relação às expectativas quanto às competências dos diplomados, os empregadores valorizam, para além das competências técnicas, aspetos de desenvolvimento pessoal e social como a comunicação, o trabalho em equipa, a responsabilidade e a ética profissional. Defendem também maior rigor na formação e avaliação, bem como reforço das componentes práticas e contextualizadas no currículo.

Quanto à eficácia da colaboração entre escolas profissionais e empresas, o que resulta do nosso estudo é a conclusão segundo a qual a colaboração é considerada insuficiente. As empresas apontam necessidade de parcerias mais regulares e estruturadas, sessões de esclarecimento e proximidade territorial (“empresas locais”), maior envolvimento dos departamentos de Recursos Humanos e que a ausência de informação e de canais de contacto permanentes constitui o principal entrave.

Mas o nosso estudo revela a persistência de um conjunto de fragilidades e, ao mesmo tempo, algumas potencialidades que merecem destaque: quanto às fragilidades, verificamos a persistência de estigmas sociais associados ao ensino profissional, a desadequação pontual dos currículos às necessidades regionais, a falta de comunicação eficaz e continuidade das parcerias; quanto às

potencialidades, constatamos uma boa percepção do desempenho dos diplomados (70% dos empregadores notam diferenças positivas), capacidade de promover empregabilidade, saber ser e sucesso escolar e valorização crescente da vertente prática e do estágio profissional.

Por último, gostaríamos de enfatizar que o nosso estudo também mostra práticas de integração bem-sucedidas identificadas, designadamente estágios prolongados em contextos empresariais reais, com acompanhamento contínuo, a adaptação curricular com projetos práticos e experiências de campo, a criação de parcerias locais permanentes entre escolas e empresas e o envolvimento das associações empresariais como mediadoras e promotoras de autorregulação formativa.

Em síntese, os empregadores reconhecem o valor formativo e o potencial do ensino profissional, mas consideram essencial reforçar a comunicação escola–empresa, ajustar a formação às realidades regionais e combater o preconceito social, de modo a consolidar a credibilidade e a empregabilidade dos diplomados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ensino profissional em Portugal enfrenta diversos desafios estruturais que condicionam a sua eficácia e qualidade. A formação e atualização profissional dos docentes que lecionam em cursos de ensino profissional constituem um elemento crucial para garantir a qualidade do ensino. Contudo, muitos professores podem não estar suficientemente preparados ou atualizados relativamente às dinâmicas do mercado de trabalho e às novas tecnologias, o que pode condicionar a qualidade da educação e formação recebida pelos alunos.

Cada vez mais, a capacitação dos docentes é essencial para garantir que estes possam ter conhecimentos atualizados e habilidades pedagógicas adequadas. No entanto, muitos docentes em instituições do ensino profissional não têm acesso a programas de desenvolvimento profissional.

O foco excessivo em competências técnicas pode levar à negligência de habilidades interpessoais - as *soft skills* são igualmente importantes, como comunicação, trabalho em equipa e resolução de problemas. A falta de um currículo que integre essas competências pode limitar a capacidade dos alunos se adaptarem ao ambiente de trabalho.

O sistema de ensino profissional ainda tem dificuldades em atrair e reter alunos. A falta de incentivos, como estágios remunerados, parcerias com empresas e programas de orientação, pode tornar esta via de ensino menos atrativa em Portugal para os jovens.

O acesso ao ensino profissional pode variar significativamente entre diferentes regiões de Portugal, com algumas áreas rurais enfrentando uma oferta limitada de cursos e recursos. Isso pode perpetuar desigualdades sociais e económicas, dificultando o acesso a oportunidades de formação e emprego.

A colaboração entre instituições de ensino profissional e empresas pode ser insuficiente. Parcerias mais robustas são necessárias para garantir que o currículo seja relevante e que os alunos tenham oportunidades práticas de aplicar as suas habilidades e competências em contextos reais. Um trabalho mais eficaz e diversificado ao nível das parcerias com empresas pode ser uma

solução para melhorar a infraestrutura e recursos disponíveis. As empresas muitas vezes têm interesse em investir em instituições de ensino que possam formar profissionais qualificados que correspondam às necessidades da indústria. Considera-se ainda que o estigma sobre o ensino profissional, que muitas vezes resulta na desvalorização desse tipo de formação, pode ser exacerbado quando os *stakeholders* como pais, empregadores e a sociedade em geral têm uma percepção mais negativa do que as próprias instituições de ensino profissional.

A análise das fragilidades do sistema de ensino profissional revela vários achados significativos que merecem uma discussão profunda. Estas conclusões estão relacionadas com a desconexão entre o ensino e as demandas do mercado de trabalho, as infraestruturas precárias, a percepção social do ensino profissional, a falta de parcerias com o setor produtivo e a necessidade de atualização constante dos currículos.

Um dos principais resultados obtidos é a falta de alinhamento entre os currículos das instituições de ensino profissional e as necessidades das empresas. Segundo a pesquisa de Kis (2010), muitos cursos não são atualizados regularmente, resultando em uma formação que não prepara adequadamente os alunos para as habilidades exigidas no mercado. Isso leva a uma alta taxa de desemprego entre diplomados do ensino profissional, uma vez que as competências adquiridas não correspondem às necessidades reais.

A análise indica que muitas instituições do ensino profissional operam em condições inadequadas, com falta de equipamentos e recursos pedagógicos. Cruz e Silva (2018) entende que essa limitação afeta diretamente a qualidade das aprendizagens e a capacidade dos alunos de desenvolver habilidades práticas. A ausência de laboratórios, ferramentas modernas e tecnologia atualizada compromete a formação prática, essencial para a educação profissional.

No que concerne à percepção social, a discussão também revela um estigma persistente em relação ao ensino profissional. Conforme observado por Bishop e Mane (2004), a educação técnica muitas vezes é vista como uma opção inferior

à educação académica, desestimulando alunos talentosos a optarem por essa via. Esta perceção negativa pode afetar a escolha dos estudantes e, conseqüentemente, a oferta de mão de obra qualificada no mercado.

A falta de parcerias com as empresas é outro achado significativo que resulta na escassez de colaborações efetivas entre instituições de ensino e empresas. Tuck (2017) indica que a ausência de estágios e experiências práticas limita a capacidade dos alunos de adquirir conhecimento prático. As parcerias são fundamentais para proporcionar uma aprendizagem contextualizada e para que os alunos possam entender melhor as dinâmicas do mercado de trabalho.

A discussão enfatiza a necessidade de atualização contínua dos currículos de ensino profissional. A OCDE (2020) destaca que as rápidas transformações no mercado de trabalho, impulsionadas pela tecnologia e pela globalização, exigem que as instituições se adaptem para preparar os alunos adequadamente. A resistência à mudança dentro das instituições pode ser um dos principais obstáculos para essa adaptação.

Podemos concluir que os principais resultados sobre as fragilidades do sistema de ensino profissional destacam a urgência de implementar reformas que abordem essas questões. É fundamental que as instituições de ensino procurem uma conexão mais forte com o mercado, melhorem as suas infraestruturas, desafiem a perceção negativa do ensino profissional, estabeleçam parcerias com empresas e atualizem os seus currículos de forma contínua. Estas ações não apenas irão beneficiar os alunos, mas também irão contribuir para a formação de uma força de trabalho mais qualificada e preparada para os desafios do futuro.

Este estudo evidencia a importância do ensino profissional como uma via essencial para a formação de cidadãos competentes e preparados para o mercado de trabalho. Ao analisar as perceções e expectativas dos empregadores na Região do Tâmega e Sousa, foram identificadas tanto fragilidades quanto oportunidades de melhoria que podem ser implementadas para elevar a qualidade do ensino profissional. As sugestões apresentadas não apenas visam aumentar a atratividade dos cursos, mas também reforçar a

relevância deste tipo de formação dentro do sistema educativo em Portugal. Ao promover um reconhecimento equitativo entre o ensino profissional e o ensino regular, podemos garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades que valorizem suas habilidades e contribuam para o desenvolvimento socioeconómico da região e do país.

## Referências

## Livros e itens monográficos similares

- Agência Nacional de Inovação. (2021). "Centros Tecnológicos: O que são e como funcionam." Disponível em: [www.ani.pt](http://www.ani.pt)
- Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP). (n.d.). *Catálogo*. Disponível em: <https://catalogo.anqep.gov.pt/>
- Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP). (n.d.). *Cursos profissionais*. Disponível em: [www.anqep.gov.pt/np4/cursos\\_profissionais.html](http://www.anqep.gov.pt/np4/cursos_profissionais.html)
- Ahrens, M. (2017). How to make innovation succeed or fail? *Childhood Education*, 93(3) 259-262. Alves, J. M. (1996). *Modos de organização, direcção e gestão das escolas profissionais. Um estudo de quatro situações*. Porto Editora.
- Alves, J. M. (2020). As metamorfoses do ensino profissional: Dinâmicas para a sua afirmação social, escolar e empresarial. In Conselho Nacional da Educação (Org.), *Estado da Educação 2019* (pp. 454–459). Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <https://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estado-da-educacao/1615-estado-da-educacao-2020>
- Alves, J. M., & Orvalho, L. (2018). Repensar para Agir – o que se aprende e ensina na Escola e na Sociedade do século XXI. *Caderno desafios*, 27, 6-9. <https://www.insignare.pt/m/5942/cadernos-desafios-27-out2018.pdf>
- Antunes, F. (1998). *Políticas educativas para Portugal, anos 80-90: O debate acerca do ensino profissional na escola pública*. Instituto de Inovação Educacional.
- Antunes, F. (2020). Democratização, educação profissional e ensino secundário em Portugal (2005–2018): Mudanças recentes e sentidos incertos. In RosanaBarros, Paulo G. Lima, & Márcio Azevedo (Eds.), *Rumos da educação e formação de jovens e adultos em Portugal e no Brasil* (pp.18–38). IFRN.

- Aranguren, L. (2021). É o nosso momento. O paradigma do cuidado como desafio educativo. IPAV & Fundación SM.
- Arnstein, S. (1971). A Ladder of Citizen's Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35.
- Azevedo, J. (1992). Expectativas escolares e profissionais dos jovens do 9.º ano. Edições ASA.
- Azevedo, J. (1994). *Avenidas de liberdade: Questões de política educativa*. Edições ASA.
- Azevedo, J. (1999). *Sair do impasse. Os ensinios tecnológico e profissional em Portugal*. Edições ASA.
- Azevedo, J. (2001). Continuidades y rupturas en la educación secundaria en Europa Occidental. *Perspectivas*, 31(1), 93-108.
- Azevedo, J. (2001). Continuidade y rupturas en la educación secundaria en Europa occidental. *Perspectivas*, 31(1), 93-108.
- Azevedo, J. (2003). Rendimento escolar nas escolas secundárias e nas escolas profissionais: resultados de uma amostragem. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 2, 5-32.
- Azevedo, J. (2010). Escolas Profissionais: Uma história de sucesso escrita por todos. *Revista Formar*, 72, 25–29). IEFP.
- Azevedo, J. (2014) Realçar o Ensino Profissional Trinta Anos Depois. <http://ciencia.ucp.pt/ws/portalfiles/prtal/105119195/105118676.pdf>
- Azevedo, J. (2014). Ensino Profissional em Portugal, 1989–2014: Os primeiros vinte e cinco anos de uma viagem que trouxe o ensino profissional da periferia para o centro das políticas educativas. In Maria de Lurdes Rodrigues (Org.), *40 anos de políticas de educação em Portugal* (pp. 411–468). Almedina.
- Azevedo, J. (2016). *Há uma Brecha no Dique*. Fundação Manuel Leão.
- Azevedo, J. (2017). Projetar o Ensino Profissional nestes tempos instáveis e incertos. In Luísa Orvalho, José Matias Alves, & Joaquim Azevedo

(Eds.), *(Re)encontrar e projetar o Ensino Profissional para o século XXI* (pp. 8–21). Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

Azevedo, J. (2019). Políticas públicas: uma arte de promover o bem comum – O caso das escolas profissionais e do ensino profissional. In L. Orvalho, J. Matias, & J. Azevedo (Eds.), *30 anos de Ensino Profissional: perscrutar as intencionalidades e perspetivar o futuro* (pp.10-20). Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia.

Azevedo, J. (2019). Políticas públicas: Uma arte de promover o bem comum. O caso das escolas profissionais e do ensino profissional. In Conselho Nacional de Educação (Org.), *Estado da Educação 2018* (pp. 316–325). Conselho Nacional de Educação. <http://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1496-estado-da-educacao-2018>

Azevedo, J., & Amorim, J. P. (2017). As lições dos alunos: o futuro da educação antecipado por vozes de crianças e jovens. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 17, 61-97.

Barbosa et al., 2020; DGEEC, 2020; Martins et al., 2005

Barbosa, B. (2023). *Como valorizar o ensino secundário profissional? Dilemas, desafios e oportunidades*. EDULOG, Fundação Belmiro de Azevedo. <https://www.edulog.pt/publicacao/53>

Bishop, J. H., & Mane, F. (2004). "Os Efeitos da Educação Técnica e Profissional na Conclusão do Ensino Médio e Emprego." *Avaliação Educacional e Análise de Políticas*, 26(2), 151-172.

Comissão Europeia. (2018). *O futuro do ensino e formação profissional na Europa*.

Comissão Europeia. (2025, 8 de setembro). *Selected publications - Skills and Qualifications* – EC Library Guide. EC Library Guides. <https://ec-europa-eu.libguides.com/european-year-of-skills/eu-publications/selected>

Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. (n.d.). A região. Retrieved September 23, 2025, disponível em: <https://www.cimtamegaesousa.pt/a-regiao>

- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). Sage Publications.
- Cruz, M. A., & Silva, J. F. (2018). Desafios e Oportunidades no Ensino Profissional: Um Estudo de Caso. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, 10(2), 123-136.
- Direção-Geral da Educação. (2020). *Consulta pública: Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://dge.mec.pt/noticias/consulta-publica-estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania-e-aprendizagens-essenciais>
- Disponível em: <https://www.oecd.org/en/topics/adult-learning.html>.
- Figueiredo, A. (2018). *A Educação Profissional e a Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho: Desafios e Perspectivas*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Governo de Portugal. (2024, 4 de julho). Publicadas as estatísticas da educação 2022-2023. Retrieved September 23, 2025, Disponível em: <https://pessoas2030.gov.pt/2024/07/04/publicadas-as-estatisticas-da-educacao-2022-2023/>
- Gregório, I. (2021). *O ensino profissional em Portugal*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.fnac.pt/O-Ensino-Profissional-em-Portugal-Ines-Gregorio/a12104504>
- Gregório, I. (2024). *O Ensino Profissional em Portugal: Dificuldades de Afirmação*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Instituto Nacional de Estatística. (n.d.). Municípios: características sociodemográficas e económicas. Retrieved September 23, 2025, disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_doc\\_municipios\\_cse&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios_cse&xlang=pt)
- Jodelet, D., Vala, J., & Monteiro, M. B. (Orgs.). (1999). *Representações sociais e ideologia*. Celta Editora.

- Kis, V. (2010). *Aprendizagem Baseada no Trabalho em Educação e Formação Profissional: Uma Revisão da Evidência*. Trabalhos de Educação da OCDE, No. 49.
- Lima, M. A., & Rodrigues, C. A. (2014). Formação Profissional e Empregabilidade: Um Estudo sobre a Percepção dos Empregadores. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, 2(1), 45-60.
- Norwegian Directorate for Higher Education and Skills. (2021). *The Role of Vocational Education and Training in Norway*. Disponível em: [udir.no](http://udir.no)
- Nunes, L. C. (2025, 11 de julho). Estudo: maioria dos diplomados do profissional sem emprego na área e na região onde estudou. Observador. Disponível em: <https://observador.pt/2025/07/11/estudo-maioria-dos-diplomados-do-profissional-sem-emprego-na-area-e-na-regiao-onde-estudou/>
- Nunes, L. C., Martins, P. S., Reis, P., & Thomas, T. (2025). *A expansão dos cursos profissionais em Portugal: que impacto na educação, no emprego e no empreendedorismo?* Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/policy-papers/expansao-dos-cursos-profissionais-em-portugal-que-impacto-na-educacao-no-emprego-e-no-empresariadismo/>.
- OCDE (n.d.). *Adult learning*.
- OCDE. (2020). *Educação e formação profissional em tempos de crise: lições da pandemia de COVID-19*.
- OECD. (2020). *Teaching in focus: Teacher education in the Netherlands*. OECD Publishing. em: [www.oecd.org/en/about/directorates/directorate-for-education-and-skills.html](http://www.oecd.org/en/about/directorates/directorate-for-education-and-skills.html)
- OECD. (2025). *Trends in Adult Learning: New Data from the 2023 Survey of Adult Skills (Getting Skills Right)*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/ec0624a6-en>
- Orvalho, J. Matias, & J. Azevedo (Eds.), 30 anos de Ensino Profissional: perscrutar as intencionalidades e perspetivar o futuro (pp. 10-20).

Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia.

Pessoas 2030. (2025, 18 de julho). *Estudo mostra impacto positivo dos cursos profissionais na qualificação e empregabilidade dos jovens*. Disponível em: <https://pessoas2030.gov.pt/2025/07/18/estudo-mostra-impacto-positivo-dos-cursos-profissionais-na-qualificacao-e-empregabilidade-dos-jovens/>

Santos, N. P. dos, & Costa, L. F. (2016). A Importância da Educação Profissional na Formação de Competências para o Mercado de Trabalho. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 10(3), 249-264.

Tuck, R. (2017). O Papel da Educação e Formação Profissional na Abordagem das Lacunas de Competências: Uma Análise das Tendências Atuais. *Revista Internacional de Pesquisa em Formação*, 15(1), 1-14.

## Instrumentos legais

Comissão Europeia. (2018). *O futuro do ensino e formação profissional na Europa*. Disponível em: <https://ec.europa.eu>.

Decreto-Lei n.º 26/1989. (1989, 10 de fevereiro). *Aprova o regime jurídico da formação profissional*. Diário da República. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/26-1989-609609>

Decreto-Lei n.º 7/2001. (2001, 18 de janeiro). *Estabelece o regime jurídico da qualificação e do reconhecimento de competências*. Diário da República. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/7-2001-338987>

Decreto-Lei n.º 74/2004. (2004, 26 de março). *Define o regime jurídico da educação e formação de adultos*. Diário da República. disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/74-2004-210801>

Diário da República n.º 243/1983, 1º Suplemento, Série I de 1983-10-21, páginas 3668-(1) a 3668-(10), disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/194-a-1983-398556>

Diário da República. (1989). Decreto-Lei n.º 26/1989. Retrieved September 23, 2025, from <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/26-1989-609609>

Ministério da Educação. (1989). *Diário da República n.º 18/1989, Série I, 21 de janeiro de 1989* (pp. 246-249). September 23, 2025, disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/26-1989-609609>

Portaria n.º 235-A/2018. (2018). *Aprova o regime jurídico dos cursos profissionais*. Diário da República. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/235-a-2018-116154369>

Portugal. (1986). *Lei n.º 46/86, de 14 de outubro: Estabelece o regime jurídico da educação especial*. Diário da República. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/46-1986-222418>

Portugal. (2024). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2024: Promoção aos alunos de um ensino profissional inicial*. Diário da República. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/42-2024-857110185>

# O valor do Ensino Profissional - Um estudo de caso sobre os empregadores

Ex.mos(as) Senhores(as).

Vimos convidá-lo/a a preencher este questionário que tem como objetivo recolher dados sobre o valor do Ensino Profissional. Dirige-se, por isso, a **Empregadores da região do Tâmega e Sousa, no presente ano letivo.**

Este inquérito tem como objetivo recolher informação para a realização de uma Dissertação de Mestrado, no domínio das Ciências da Educação na área de Especialização em Educação e Intervenção Sociocomunitária, da Universidade Portucalense, e é coordenada pelo Professor Doutor Eusébio André Machado.

**As suas respostas são da maior importância para a concretização desta pesquisa e delas depende a possibilidade de se obter informação aprofundada sobre um tema tão relevante que não pode ser subestimado na nossa sociedade.**

**Apelamos, por isso, à sua participação.**

Estimamos que o tempo para o preenchimento seja de **10** minutos.

Todos os dados pessoais obtidos neste estudo, aprovado pela Universidade Portucalense, são confidenciais e serão tratados de acordo com a Lei de Proteção de Dados Pessoais.

**Pedimos-lhe o seu consentimento informado e agradecemos antecipadamente a sua valiosa colaboração nesta pesquisa.**

*\* Indica uma pergunta obrigatória*

1. **CONCORDO em participar voluntariamente nesta pesquisa respondendo ao questionário. Autorizo a utilização das informações fornecidas para fins científicos, nomeadamente, a publicação e a divulgação em eventos, desde que seja preservada a confidencialidade e o anonimato dos meus dados.** \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não - Caso não autorize, o preenchimento do questionário termina aqui.  
Obrigada.

## I - Caracterização Sociodemográfica

Este bloco de questões destina-se a obter informações que permitam caracterizar as/os respondentes do ponto de vista sociodemográfico.

2. **1 . Género \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Masculino
- Feminino
- Outro
- Prefiro não responder

3. **2 . Idade \***

**Indique, por favor, a sua idade.**

---

4. **3. Indique, por favor, as suas habilitações académicas \***

\*Por favor, assinale o grau de habilitações mais elevado que possui

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- 9º ano de escolaridade
- 12º ano de escolaridade
- Bacharelato
- Curso superior incompleto
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro

5. **4. Indique, por favor, em qual dos seguintes 11 concelhos da região do Tâmega e Sousa exerce as suas funções.** \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Amarante
- Baião
- Castelo de Paiva
- Celorico de Basto
- Cinfães
- Felgueiras
- Lousada
- Marco de Canaveses
- Paços de Ferreira
- Penafiel
- Resende

6. **5. Indique, por favor, qual a sua função.** \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Administrador
- Orientador Externo da Formação em Contexto de Trabalho
- Outro

7. **5.1 Se respondeu outro indique qual.**

---

8. **6. Há quanto tempo exerce funções na referida empresa.** \*

---

9. **7. Caracterização da empresa.** \***Que tipo de empresa representa?***Marcar apenas uma oval.*

- Pequena (até 50 colaboradores)
- Média (até 250 colaboradores)
- Grande (mais de 250 colaboradores)

**Integração de alunas/os do ensino profissional**10. **8. A sua empresa integra alunas/os de instituições de ensino profissional?** \**Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Avançar para a pergunta 12*
- Não *Avançar para a pergunta 11*

**8.1 Se não integra, indique o porquê.**11. **8.2 Que sugestão daria às escolas profissionais para que a sua empresa pudesse passar a integrar alunas/os?**

---

---

---

---

---

12. **9. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito baixo e 5 é muito alto, como tem sido a integração dos profissionais com formação profissional na sua empresa?** \*

*Marcar apenas uma oval.*

1   2   3   4   5

---

---

13. **10. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito baixo e 5 é muito alto, como avalia a formação desenvolvida dos estagiários do ensino profissional na sua empresa.** \*

*Marcar apenas uma oval.*

1   2   3   4   5

---

---

14. **11. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é nada diferente e 5 é muito diferente, avalie a diferença do desempenho dos funcionários com formação profissional com os que não têm formação profissional.** \*

*Marcar apenas uma oval.*

1   2   3   4   5

---

---

## 15. 12. Considera que \*

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Nem concordo/nem discordo
<b>O ensino profissional prepara os alunos com habilidades específicas e aplicáveis para o mercado de trabalho</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>O bom desempenho do ensino profissional é relevante para o desenvolvimento da economia.</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Para os empregadores, o ensino profissional é visto como uma mais-valia devido à sua formação prática.</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Os cursos profissionais e os planos curriculares estão alinhados com as necessidades do mercado de trabalho.</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Existe alguma diferença no desempenho dos funcionários com formação</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

profissional  
profissional  
comparado com  
comparado com  
os que não têm  
os que não têm  
formação.  
formação.

---

---

### Compreender a representação da reputação do ensino profissional.

A reputação do ensino profissional é essencial para reconhecer o seu impacto na sociedade, nas empresas e nos indivíduos.

16. **13. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito baixo e 5 é muito alto, como classifica o prestígio social que o ensino profissional tem atualmente.** \*

*Marcar apenas uma oval.*

1 2 3 4 5

---

---

17. **14. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito baixo e 5 é muito alto, o ensino profissional é essencial para ajudar e destacar a importância de uma formação prática e relevante para o desenvolvimento da mão de obra qualificada e para o sucesso das empresas?** \*

*Marcar apenas uma oval.*

1 2 3 4 5

---

---

18. **15. Tendo em conta a sua experiência, considera que os jovens com formação profissional conseguem emprego mais rapidamente?** \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

19. **16. Que sugestões daria às instituições de ensino profissional para melhorar a formação e a preparação dos alunos para o mercado de trabalho?**

\*

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários